

Quem disse ?

«O consumo de drogas deve continuar a ser censurável mas não deve continuar a ser crime. O que está em causa é considerar o consumidor de droga uma pessoa atingida por uma doença e por um estado que, pelo menos, propicia a doença»

Vera Jardim
Público, 12 de Julho

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1028 15 JULHO 1999 100\$ - 0,5 €

ACÇÃO SOCIALISTA

Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Dados de Junho do IEFP

Mínimo histórico no desemprego

A taxa de desemprego em Portugal, no mês de Junho, voltou a conhecer um mínimo histórico. De acordo com dados divulgados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), o número de desempregados caiu abaixo dos 350 mil, sendo esta a sexta redução consecutiva.

Os 349520 desempregados registados em Junho representam uma descida homóloga de 10 por cento, e de 2,5 por cento em relação ao passado mês de Maio. Nos primeiros seis meses, o desemprego manteve uma tendência constante de baixa; à média de 7,2 por cento. Por outro lado, quanto às ofertas de trabalho, registou-se uma média mensal de crescimento de 7,5 por cento desde 1995, também em termos homólogos. Além deste dado, que confirma a boa saúde da economia portuguesa, a Secretaria de Estado do Desporto apresentou um programa de desenvolvimento de equipamentos desportivos, na ordem dos 130 milhões de contos, e que se estenderá até ao ano 2006. O programa visa dotar o país de um conjunto de infraestruturas de nível mundial.

Entretanto, também esta semana o Governo, através do ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, João Cravinho, anunciou a concessão de um milhão de contos para o apoio a agências de desenvolvimento regional. Segundo o ministro, o objectivo é tirar partido de um grande movimento de desconcentração na aplicação do próximo Quadro Comunitário de Apoio, que envolverá a afectação de verbas na ordem dos 2,5 mil milhões de contos a administrar regionalmente.

João Cravinho, acrescentou, ainda, no Porto, que o Governo encontrará nos eleitos pelas autarquias, associações empresariais, sindicais e sociais novos elementos de concertação, tendo em vista o desenvolvimento do País.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA NOS AÇORES RENDIMENTO MÍNIMO GARANTIDO IMPORTANTE PARA PORTUGAL



O chefe de Estado não hesitou em classificar o rendimento mínimo garantido como uma das mais importantes medidas tomadas em Portugal. Durante a visita de duas semanas aos Açores e que o levará a todos os municípios desta região autónoma, o Presidente da República elogiou os resultados alcançados pelas autonomias, mas alertou os responsáveis políticos para a necessidade de recusarem perspectivas fechadas em torno deste modelo de descentralização e de desenvolvimento. Na terça-feira, na ilha Terceira, Jorge Sampaio recebeu o seu maior banho de multidão. Mas, praticamente desde domingo, o Presidente da República tem sido alvo de sucessivas manifestações de carinho e de afecto por parte da população açoriana.

Sociedade & País

Europeu de Futebol 2004 «Portugal. We love football»



Milhares de pessoas de todas as idades estarão, no próximo sábado, dia 24, no Estádio Nacional, formando o logotipo humano que fará chegar à UEFA a mensagem «Portugal. We love football».

A ideia não é apenas construir a maior imagem animada de todos os tempos, mas também e sobretudo, de manifestar o apoio de todos os portugueses à candidatura do nosso país ao campeonato europeu de futebol que se realizará daqui a pouco mais de quatro anos.

Sociedade & País

Minorias Étnicas José Leitão facilita acesso à Internet



<http://acime.gov.pt>

«Uma das nossas inúmeras preocupações é, precisamente, permitir acesso à informação por parte dos imigrantes e/ou minorias étnicas, bem como das suas associações e de todas as entidades que apostam na sua integração harmoniosa na sociedade portuguesa», afirmou o alto-comissário para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), José Leitão, no breve discurso que proferiu na cerimónia de inauguração do site do ACIME na Internet.



Com a Razão e com o Coração

«Com a Razão e com o Coração». Esta foi a base da relação de confiança estabelecida entre os portugueses e o Partido Socialista e que teve a sua expressão nos compromissos assumidos no Contrato de Legislação de 1995.

Essa relação estabelecida com base na confiança e no entendimento que as pessoas estão em primeiro lugar, permitiu criar em Portugal um novo estilo de governação e de exercício do poder, onde a exigência de humanização da vida das pessoas encontrasse respostas adequadas nas prioridades definidas pelos poderes públicos.

Se hoje podemos fazer um balanço francamente positivo, isso deve-se sobretudo aos portugueses, à sua capacidade de enfrentar desafios e de se ultrapassar nos momentos difíceis, desenvolvendo a auto-estima, o orgulho no seu país, a recuperação da confiança nas suas próprias capacidades e possibilidades.

Contudo, este balanço positivo nunca nos poderá fazer esquecer o muito que ainda há por fazer. A acção política do Governo do Partido Socialista e da Nova Maioria pautou-se pela fidelidade aos valores do nosso ideário político e pelo respeito pelos compromissos assumidos perante o eleitorado em Outubro de 1995.

Aprendemos, com Mário Soares e com os fundadores do Partido, que o valor maior da liberdade só tem plena realização se permanentemente equacionarmos e actualizarmos as nossas posições políticas à luz dos desafios que nos coloca a mudança das condições políticas e sociais em que somos chamados a actuar ao serviço dos portugueses. Por isso, assumimos, no passado, com coragem e determinação, políticas que se tornavam absolutamente necessárias para garantir equilíbrios económicos e sociais fundamentais para o nosso país.

Hoje, há uma outra dimensão fundamental, que é a da humanização da prestação de cuidados e do funcionamento dos serviços públicos. Os cidadãos merecem cada vez maior transparência e eficácia no funcionamento da administração, para que possam também ser mais leais para com ela. Um serviço público de qualidade exige investimento público mas será também uma condição básica para a mudança profunda no sentido de uma sociedade de cidadãos e de um Estado ao serviço destes, a exemplo de alguns projectos que têm já vindo a ser desenvolvidos.

Razão pela qual a continuação do reforço das políticas sociais é indissociável do aprofundamento da sua sustentabilidade. Essa sustentabilidade continuará a exigir a combinação de três princípios básicos: a moralização dos sistemas na dupla perspectiva do combate à evasão e da repressão dos abusos e irregularidades; a diferenciação positiva das políticas sociais, favorecendo o apoio aos mais carenciados; a selecção dos modelos de gestão e de financiamento que possuam a melhor relação entre os custos e os benefícios sociais.



MEMÓRIAS

ACÇÃO SOCIALISTA EM 1981

SOARES E MITTERRAND NA REUNIÃO DA IS

A presença de Soares e Mitterrand, vice-presidentes da Internacional Socialista (IS), numa reunião desta organização em Bona, era uma das notícias de primeira página da edição de 16 de Julho de 1981 do «Acção Socialista».

Nesta edição era ainda dado particular relevo aos congressos federativos do PS e anunciava-se mais uma «maré socialista» em Aveiro.

Os camaradas Coimbra Martins e Torres Couto assinavam dois interessantes artigos de opinião com os títulos de, respectivamente, «Os comunistas no governo» e «Que tendência sindical socialista?».

O regimento do I Congresso das Mulheres Socialistas era publicado na íntegra nas páginas do órgão oficial do PS, bem como um comunicado da tendência socialista «Esquerda Laboral».

J. C. C. B.

16 de Julho

Quem disse?

«Onde se encontra a garantia de que a elevada e meritória função social da EPAC não será reduzida a um grotesco espantalho imolado no altar dos interesses privados do grande capital?»

António Janeiro



Sampaio marca eleições para 10 de Outubro

Depois de ouvidos os partidos políticos, o Presidente da República, Jorge Sampaio, assinou no dia 10 o decreto que marca as eleições legislativas para 10 de Outubro.

Com as eleições agendadas para 10 de Outubro, as listas de candidatos terão de ser entregues entre 1 e 16 de Agosto e a campanha eleitoral decorrerá de 26 de Setembro a 8 de Outubro.



Guterres em Famalicão Mais seis lanços para auto-estrada no Minho

O primeiro-ministro, António Guterres, presidiu, no passado dia 9, em Vila Nova de Famalicão, à assinatura do contrato de concessão para a construção de vários lanços de auto-estrada no Minho, envolvendo um investimento total de 165,2 milhões de contos.

Póvoa de Varzim/Famalicão, Guimarães/Fafe, Fafe/IP3, Esposende/Barcelos, Barcelos/Braga, Braga/Guimarães e Guimarães/IP4 (Castelões) são os lanços contemplados na concessão para construção, conservação e exploração. Relativamente ao lanço Famalicão/Guimarães, já construído, a concessão abrange



apenas a sua conservação e exploração. Durante a sessão, que decorreu no Complexo das Piscinas Municipais de Vila Nova de Famalicão, Guterres foi galardoado com a Medalha de Ouro da Cidade.

Ciência e Tecnologia Indicadores fiáveis para Sociedade da Informação

O Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT) anunciou, no dia 8, que o Conselho Superior de Estatística decidiu criar uma nova área de estatísticas oficiais sobre a Sociedade da Informação.

A decisão decorre de uma proposta do Observatório das Ciências e das Tecnologias, organismo do MCT encarregado da recolha, tratamento e difusão de informação relativa ao sistema científico e tecnológico.

Esta opção proporcionará, pela primeira vez, a produção de indicadores fiáveis sobre o desenvolvimento dos vários vectores reunidos sob o conceito genérico de Sociedade da Informação: acessibilidade, conectividade, perfil de utilizadores, tipo de

utilização, entre outros.

Portugal torna-se assim um dos primeiros países a assumir, ao nível do Estado, um tal desafio.

Os dados recolhidos permitirão a comparação internacional, adoptando metodologias compatíveis com as que estão a ser definidas por organismos como a OCDE e o Eurostat.

O Conselho Superior de Estatística decidiu ainda constituir um grupo de trabalho que, no final do ano, deverá apresentar indicadores a partir de informação já existente e actualmente dispersa por vários organismos, acompanhar os trabalhos sobre esta matéria junto da OCDE e do Eurostat e propor novos instrumentos de inquirição.

Paulo Neves eleito presidente da RTA

A Região de Turismo do Algarve (RTA) está em boas mãos. Na passada sexta-feira, o deputado socialista Paulo Neves, que encabeçava uma lista única, foi eleito

presidente da RTA. É o homem certo no lugar certo e a certeza de que o turismo algarvio vai sofrer um forte impulso.

Líder dos idosos portugueses em Cabo Verde

A convite da Confederação Cabo-Verdiana dos Sindicatos Livres, o secretário-coordenador do MODERP Manuel Jerónimo, vai deslocar-se a Cabo Verde, de 18 a 26 de Julho.

Durante a sua estada em Cabo Verde, Manuel Jerónimo vai colaborar na implantação de uma estrutura ligada aos idosos, dando deste modo continuidade à política de solidariedade para com os PALOP.

RENDIMENTO MÍNIMO GARANTIDO IMPORTANTE PARA PORTUGAL

O chefe de Estado não hesitou em classificar o rendimento mínimo garantido como uma das mais importantes medidas tomadas em Portugal. Durante a visita de duas semanas aos Açores e que o levará a todos os municípios desta região autónoma, o Presidente da República elogiou os resultados alcançados pelas autonomias, mas alertou os responsáveis políticos para a necessidade de recusarem perspectivas fechadas em torno deste modelo de descentralização e de desenvolvimento. Na terça-feira, na ilha Terceira, Jorge Sampaio recebeu o seu maior banho de multidão. Mas, praticamente desde domingo, o Presidente da República tem sido alvo de sucessivas manifestações de carinho e de afecto por parte da população açoriana.

O Presidente da República iniciou domingo passado uma visita de duas semanas aos Açores, tendo como objectivo analisar com isenção - e acima das naturais disputas partidárias - os principais problemas que se colocam a este arquipélago. Durante as primeiras deslocações que constavam no seu programa, o chefe de Estado foi sempre recebido de forma calorosa pela população açoriana. Ao longo destas duas semanas, Jorge Sampaio quer contactar com a dificuldades existentes e pretende valorizar o património económico e cultural da região autónoma para assegurar o seu desenvolvimento e as melhorias das condições de vida dos açorianos.

Num dos pontos mais significativos da deslocação aos Açores, na segunda-feira, na ilha da Graciosa, o Presidente da República considerou que o rendimento mínimo garantido «é do mais importante que se fez em Portugal». Para Jorge Sampaio, que ouviu explicações técnicas sobre a aplicação no terreno do rendimento mínimo garantido, o sucesso do programa comprova-se pelo facto de muitos dos seus beneficiários terem deixado de receber ajudas, conseguindo integrar-se novamente ao nível profissional. Ainda segundo o chefe de Estado, a medida desenvolvida pelo Governo socialista justifica-se ainda mais em regiões com problemas sociais agravados, como são os Açores, que precisa de soluções específicas. «É importante ter em conta que não podemos deixar nenhuma região de fora, porque nenhuma é dispensável», declarou Jorge Sampaio após uma visita às termas do Carapacho, onde se encontra em curso a aplicação do rendimento mínimo garantido, em paralelo com um projecto de combate à pobreza. Dados que foram forneci-



dos ao Presidente da República indicam que na ilha da Graciosa, com mais de cinco mil habitantes, 853 pessoas estão abrangidas pelo rendimento mínimo, registando-se uma comparticipação média de 11 contos por mês. Por outro lado, desde o início da sua aplicação, 213 famílias da Graciosa deixaram de estar abrangidas pela medida e assistiram a melhorias nas respectivas vidas em termos de habitação, condições de ensino e acesso ao emprego.

Confiança nas autonomias regionais

Já ao nível de toda a região autónoma dos Açores, dois anos após a institucionalização do rendimento mínimo garantido, calcula-se que a medida tomada pelo Executivo de António Guterres já tenha abrangido cerca de 12 por cento da população. Outros dados indicam, ainda, que as ilhas dos Açores são a região do País com maior incidência do rendimento mínimo garantido, tendo já sido atribuídos três milhões de contos, dos quais 2,5 milhões foram provenientes do orçamento da Segurança Social. Rabo de Peixe, uma das freguesias com mais problemas em São Miguel - e que faz parte do programa de visita do Presidente da República - recebeu a maior fatia do programa destinado a fomentar a integração social e combater a pobreza.

Ainda na Graciosa, o chefe de Estado insistiu na importância da visita que efectua aos Açores, desafiando os políticos a aproximarem-se das populações. No domingo,

em Angra do Heroísmo, o Presidente da República manifestou a sua confiança nas autonomias regionais enquanto instrumentos para consagrar o desenvolvimento, apesar das sucessivas calamidades que afectaram o povo açoriano. Ao discursar para dezenas de pessoas concentradas na Praça Velha, zona central de Angra do Heroísmo, onde foi recebido em sessão solene pelo presidente do município, Jorge Sampaio prestou homenagem à população dos Açores e, em particular, aos habitantes de Angra, que conseguiram reerguer a cidade dos escombros deixados pelo terramoto de 1980. Realçou, também, a sua aposta na valorização da iniciativa, lembrando não valer a pena «mexer nas feridas se não se tem remédio para elas. Sempre combatemos a tristeza e a resignação», disse.

Importância estratégica dos açores

O Presidente da República encerrou depois o primeiro dia da sua visita aos Açores com um jantar na residência do ministro da República e durante o qual defendeu a ideia de que «importa manter uma perspectiva aberta sobre o futuro das autonomias regionais», recusando assim conceitos fechados e simplistas. Na mesma cerimónia, Jorge Sampaio frisou que «o desafio colectivo já não é o debate em torno do modelo e repartição de competências por se encontrar esgotado, mas antes saber como tirar o melhor proveito nacional das autonomias que temos, tendo em vista a consolidação

do espaço nacional e que se traduz em parte significativa na existência de duas regiões autónomas fortes, com o maior significado para a afirmação geo-estratégica de Portugal», comentou.

Na terça-feira, na Base Aérea das Lajes, o chefe de Estado considerou os Açores como «a demonstração evidente» das missões de interesse público prestadas pelas Forças Armadas. Dirigindo-se aos responsáveis militares, que lhe deram conta do dispositivo e do desempenho das Forças Armadas na zona, Jorge Sampaio agradeceu, em particular, os serviços que a Força Aérea tem prestado à população açoriana. Na visita que fez às Lajes, o Presidente da República foi informado das actividades das Forças Armadas em matéria de fiscalização da zona económica exclusiva e da salvaguarda da vida no mar, além dos apoios às populações que, no caso da Força Aérea, ocupa a maioria das horas de voo.

Também na terça-feira, na ilha Terceira, o chefe de Estado teve o seu maior banho de multidão, quando assistiu a uma tourada à corda. Abraçado e beijado por populares, Jorge Sampaio recebeu os parabéns por ter visitado os Açores e ouviu votos de boa sorte para o seu clube: o Sporting. O Presidente da República também voltou a encontrar o Grupo de Baile da canção regional terceirense, ocasião em que mostrou recordar-se da grande maioria dos seus cantores. Este grupo foi convidado a ir cantar as Janeiras ao Palácio de Belém no próximo ano.

PELO PAÍS

Governança Aberta

ADMINISTRAÇÃO LOCAL

O secretário de Estado da Administração Local, Augusto de Carvalho, considerou, no dia 10, «um importante contributo para inverter a desertificação dos centros históricos os apoios financeiros do Governo às autarquias para a revitalização destas zonas urbanas».



O Augusto de Carvalho assinou, no passado sábado, protocolos com as câmaras de Bragança e Vila Flor que garantem uma comparticipação financeira do Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território em obras de recuperação dos centros históricos das respectivas localidades.

«A partir do momento em que os centros históricos estiverem mais atractivos, quem anda à procura de casa para viver considerará que se trata de uma boa solução», referiu o governante, defendendo «a revitalização destas zonas que hoje estão desertificadas».

O protocolo celebrado com a Câmara Municipal de Bragança prevê uma comparticipação financeira de 80 mil contos do programa Prosiurb para os trabalhos de recuperação de fachadas, arruamentos, iluminação pública e outros que a autarquia vai executar na zona antiga da cidade.

Estes trabalhos referem-se à parte da responsabilidade da Câmara de Bragança no projecto de urbanismo comercial que, através do programa Procom, vai disponibilizar cerca de três milhões e meio de contos de incentivos financeiros aos comerciantes para a modernização dos estabelecimentos localizados nesta zona da cidade.

Relativamente a Vila Flor, o protocolo assinado disponibiliza 42 mil contos para a segunda fase da reabilitação do centro histórico daquela vila.

AGRICULTURA

O ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e Pescas, Capoulas Santos, anunciou, no dia 12, em Évora, um conjunto de medidas de apoio financeiro para os agricultores vítimas da seca que tem assolado as zonas leste e sul do Alentejo. Em declarações à Imprensa, Capoulas Santos adiantou que o apoio financeiro será atribuído aos agricultores cujas culturas estão situadas entre Campo Maior e Ourique, sem referir, para já, o montante que será disponibilizado.

Esta medida do Ministério da Agricultura

surge na sequência das reivindicações de algumas associações de agricultores do Baixo-Alentejo, que recentemente haviam pedido ao ministro que declarasse o estado de calamidade para aquela zona.



Uma vez que a lei não o permite, dado que apenas se pode declarar o estado de calamidade para os casos em que a colheita de uma região seja inferior a 50 por cento da média dos últimos cinco anos, o que não sucede neste caso, o Ministério da Agricultura decidiu aprovar um pacote de apoios financeiros.

«As colheitas de cereais no Baixo-Alentejo foram normais em termos gerais. O maior problema reporta-se apenas a uma zona muito específica, onde existe efectivamente uma carência hídrica», explicou Capoulas Santos.

O anúncio foi feito por ocasião da reunião de trabalho do Conselho Geral de Agricultura, onde estiveram reunidas as mais altas individualidades do sector público agrícola, tais como directores regionais e gerais.

COMÉRCIO

Os incentivos do programa Procom estão a criar condições à renovação urbana dos centros históricos de vilas e cidades, tendo o comércio tradicional recuperado energias para a sua manutenção.



A garantia foi dada, no dia 8, na Cúria (Anadia), pelo secretário de Estado do Comércio.

Osvaldo de Castro, que intervinha no encerramento do fórum «Comércio: cidade e qualidade de vida», realçou o aparecimento de empresários jovens no sector como uma garantia de que o pequeno comércio, abalado nos últimos anos pela

proliferação das grandes superfícies, começa a trilhar uma nova etapa da sua história.

«Quem mais investe são os mais jovens», declarou o governante aos jornalistas, pouco antes de usar da palavra na sessão final, expressando a convicção de que o «pânico» já não é o sentimento dos empresários que investem nas pequenas e médias empresas comerciais.

Segundo Osvaldo Castro, entre as candidaturas ao Procom - Programa de Apoio ao Comércio - «20 por cento ou mais são do sector da restauração».

As novas formas de concorrência, designadamente as grandes superfícies, «não vão conseguir acabar com uma realidade importante», que marcou a história económica do País.

O secretário de Estado adiantou que o pequeno comércio tem agora «novas oportunidades» para se manter e revitalizar, como referiu, no primeiro dia do fórum, em Coimbra, um especialista da Universidade da Beira Interior, Pedro Guedes de Carvalho.

CULTURA

O ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, anunciou, no passado domingo, dia 11, em Vila do Conde, a criação de um prémio Consagração de Cinema «Manoel de Oliveira» e um outro de revelação de Cinema dedicado ao criador do cinema em Portugal, Paes dos Reis.



Carrilho, que presidiu à sessão de encerramento do VII Festival Internacional de Curtas-Metragens de Vila do Conde, frisou que «o Ministério da Cultura vai criar em 1999 dois prémios de cinema, nomeadamente de revelação, dedicado ao criador do cinema em Portugal, e um de consagração, no valor de cinco mil contos, para o maior dos talentos, denominado Manoel de Oliveira», presente na cerimónia.

«O cinema é uma aposta clara que o nosso País não pode perder», sublinhou aquele membro do Governo, razão pela qual «é preciso encontrar momentos em que reconhecamos o trabalho dos criadores, através de prémios», exemplificando com o prémio Almada ou o de revelação fotográfica já existentes.

O ministro explicou que «a criação deve ser claramente apoiada no nosso país, substancialmente no cinema e nomeadamente na curta metragem, onde se tem

vindo a verificar um aumento de 300 por cento», acrescentando que «é preciso continuar com regras muito precisas».

Para Manuel Maria Carrilho, «ao contrário do que se pensa, a política cultural não deve limitar-se apenas a uma política de património, preservando-o e valorizando-o como aconteceu em Foz Côa, mas tem que assumir outras dimensões», tais como a criação e a manutenção de uma rede capaz de estimular as actividades culturais.

DESPORTO

O secretário de Estado do Desporto, Miranda Calha, deslocou-se, no dia 11, ao distrito de Bragança, para inaugurar complexos desportivos, condecorar dirigentes e assinar contratos-programa.



José Nogueira, presidente da Associação de Futebol de Bragança, foi condecorado por Miranda Calha com a medalha de bons serviços desportivos, seguindo-se a inauguração da área desportiva de Vinhais.

No Governo Civil, o secretário de Estado assinou sete contratos-programa de apoio à remodelação e construção de novas infra-estruturas desportivas no distrito, no valor de 218 mil contos.

Na ocasião foram ainda atribuídos os prémios do concurso «Melhor Clube Desportivo», vencido pelo Clube Académico de Bragança e pelo Sport Clube Mirandela.

ECONOMIA

O ministro da Economia, Pina Moura, assinou, no dia 9, em Felgueiras, no âmbito do PEDIP, um contrato com a Associação para o Ordenamento Industrial, destinado a lançar as zonas industriais no concelho.



PELO PAÍS

Governança Aberta

Segundo a autarquia, estas zonas industriais visam libertar o centro da cidade e outras áreas residenciais de empresas de calçado e confecções, na sua maioria familiares, que desde os anos 40 cresceram desordenadamente em Felgueiras. Nesse sentido, a Câmara Municipal decidiu criar a Associação o para o Ordenamento Industrial de Felgueiras e incluir no seu PDM (Plano Director Municipal) duas zonas industriais para onde serão transferidas aquelas empresas, libertando as áreas residenciais das fábricas aí existentes. A primeira zona industrial ficará localizada na Várzea.

EQUIPAMENTO

O ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, João Cravinho, anunciou na segunda-feira, dia 12, no Porto, a concessão de um milhão de contos para apoio a Agências de Desenvolvimento Regional (ADR).



«Costuma-se dizer que quando Maomé não vai à montanha, a montanha vai a Maomé», disse Cravinho, acrescentando: «como não houve regionalização, não podemos ficar parados e, face à necessidade de efectiva descentralização, o Governo decidiu organizar o Quadro Comunitário e Apoio (QCA) de forma desconcentrada». O ministro referiu que o Executivo decidiu que esta organização desconcentrada, que vai gastar «boa parte senão mesmo metade do futuro QCA, deve necessariamente ter uma componente política, pelo que cada ADR deverá ter um rosto que possa ser responsabilizado pela sua gestão».

O ministro falava aos jornalistas à margem da sessão de abertura do «Seminário Inicial do projecto IQADE II, Implementação e Qualificação de Agências de Desenvolvimento em Portugal», durante o qual se realizou a contratualização da criação de 14 ADR, às quais se juntarão brevemente mais sete.

«O objectivo é tirar partido de um grande movimento de desconcentração na aplicação do próximo QCA, que envolverá a afectação de verbas consideráveis (2 500 milhões de contos, cerca de 12,5 milhões de euros) a administrar regionalmente», afirmou Cravinho. Para o ministro, as ADR são «um novo modelo de desenvolvimento, uma gran-

de alteração em resposta às necessidades de todo o País, que além disso possibilita a criação de novos postos de trabalho de qualidade».

HABITAÇÃO

A secretária de Estado da Habitação, Leonor Coutinho, afirmou na passada quinta-feira, dia 8, em Matosinhos, que «a qualidade média da construção a custos controlados é superior à das habitações no mercado».



Leonor Coutinho falava durante a cerimónia de assinatura dos contratos de compra de 800 novos fogos, a que se seguiu a constituição da Empresa Municipal de Habitação e o lançamento de concursos para a construção de mais 718 fogos, no âmbito do PER.

A governante congratulou-se com a constituição desta empresa, que vai gerir o parque habitacional do município, o que considerou como «um dos grandes desafios do País na área da habitação».

A aquisição deste conjunto de 800 fogos envolve um montante de nove milhões de contos (cerca de 450 milhões de euros), incluindo vários equipamentos sociais, nomeadamente centros comunitários, centros de dia, ATL, pré-escolar, parques infantis, recintos desportivos e estabelecimentos para actividades económicas.

O lançamento dos 718 fogos, a construir no âmbito do PER, representa um investimento de 8,5 milhões de contos (cerca de 40,5 milhões de euros) e compreende também um conjunto de equipamentos sociais de apoio, à semelhança do anterior.

Em ambos os casos os fogos estão distribuídos pelas várias freguesias do concelho.

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, inaugurou, no dia 8, no Porto, a primeira estrutura desconcentrada da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas (SECP), que vai coordenar o apoio dado em todo o País aos emigrantes.

A delegação portuense da SECP vai ordenar o trabalho feito pelas estruturas de apoio aos emigrantes existentes em várias cidades, nomeadamente Viana do Castelo, Chaves, Bragança, Coimbra, Aveiro e Viseu.

Segundo Jaime Gama, o facto da maioria

dos emigrantes portugueses ser oriunda da Região Norte levou o Ministério dos Negócios Estrangeiros a sedear no Porto a coordenação das delegações regionais. «Trata-se de mais um exemplo de desconcentração e descentralização, tendo em vista modernizar o Estado», afirmou.



Estas delegações, criadas também pelo Governo, vão apoiar não só os emigrantes que pretendam abandonar Portugal, mas também os que queiram regressar ao País.

Serão prestadas informações sobre legislação - existindo para o efeito uma base de dados informatizada -, mercados de emprego em Portugal e no estrangeiro e todos os assuntos de interesse para os emigrantes.

Para tal, as delegações funcionarão em ligação com instituições do Estado e associações que possam apoiar e prestar informações sobre as dúvidas levantadas pelos utentes.

A coordenação destas acções será feita pela delegação do Porto, que funcionará

como «placa giratória» e que dependerá directamente do secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Lello, também presente na cerimónia.

TURISMO

O secretário de Estado do Turismo, Vítor Neto, apelou, no dia 12, aos autarcas dos concelhos turísticos do País, nomeadamente do Algarve, para que unam esforços no sentido de impedir que haja subaproveitamento de estruturas que se repetem nas várias regiões.

«O Algarve está cheio de infra-estruturas repetidas que se anulam umas às outras», afirmou o governante, durante a apresentação pública do Roteiro Turístico do Baixo Guadiana, que decorreu na aldeia de Fortes, concelho de Castro Marim, em pleno interior algarvio.

Vítor Neto apelou à acção dos autarcas, em detrimento dos pareceres e sublinhou a necessidade de planificação conjunta das actividades turísticas, recordando que «os concelhos são micro-realidades muito pequenas, que não podem subsistir por si só» sem que haja coordenação ao nível das sub-regiões.

«À escala de um só concelho é tudo muito pequeno», reforçou, afirmando que a nível dos apoios turísticos tal escala é manifestamente insuficiente para fazer face a uma procura de qualidade progressivamente maior.

O secretário de Estado do Turismo manifestou ainda o desejo de que haja um bom aproveitamento do III Quadro Comunitário de Apoio para o sector, assegurando que se trata da «última oportunidade» e que aquela profusão de fundos comunitários «não se repetirá depois do ano de 2006».

EXAME OBRIGATÓRIO PARA TODOS OS AGENTES DESPORTIVOS



O Conselho de Ministros aprovou, no dia 8, em Lisboa, um decreto-lei que estabelece o regime jurídico da medicina desportiva.

A prossecução de uma eficaz política de apoio e protecção aos praticantes de desporto e o crescente desenvolvimento técnico da actividade desportiva impuseram a definição de medidas concretas que vissem aproximar cada vez mais o atleta dos diagnósticos específicos e de actuações científicas inerentes à medicina desportiva. Os exames médicos revelam-se um instrumento imprescindível para aferir a aptidão ou inaptidão dos desportistas para a prática desportiva, representando um importante meio de triagem de determinadas patologias ou situações clínicas, principalmente na população jovem.

Assim sendo, este diploma vem tornar obrigatório o exame médico-desportivo, em todas as situações e para todos os praticantes desportivos, árbitros, juizes e cronometristas filiados ou que se pretendam filiar em federações dotadas de utilidade pública desportiva.

Define ainda as áreas geográficas de intervenção dos Centros de Medicina Desportiva (CMD) do Instituto Nacional do Desporto:

- Centro de Medicina Desportiva do Porto - distritos de Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real.
- Centro de Medicina Desportiva de Coimbra - distritos de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu.
- Centro de Medicina Desportiva de Lisboa - distritos de Beja, Évora, Faro, Lisboa,

Portalegre, Santarém e Setúbal. Os CDM referidos prestam também serviços médico-desportivos às Regiões Autónomas dos Açores e Madeira.

Estes centros, autonomamente ou em colaboração com outras entidades (escolas superiores de tecnologia da saúde, escolas superiores de enfermagem, Centro de Estudos e Formação Desportiva, Complexo de Apoio às Actividades Desportivas, federações desportivas dotadas do estatuto de utilidade pública desportiva e associações desportivas), devem promover e propor a formação de técnicos do desporto que serão recrutados de entre alguns grupos profissionais como os licenciados em Medicina; os técnicos de diagnóstico e terapêutica, das áreas funcionais de preparação e execução de análises clínicas, cardiopneumografistas e fisioterapeutas; os técnicos superiores de saúde, licenciados nas áreas de Farmácia, Ciências Farmacéuticas, Química e Bioquímica.

Os profissionais da enfermagem desportiva e os auxiliares de saúde na área desportiva podem igualmente candidatar-se à formação de técnicos do desporto. O diploma estabelece, ainda, que as federações que possuam praticantes desportivos abrangidos pelo regime de alta competição devem, obrigatoriamente, ter um médico habilitado com formação específica reconhecida pelo Colégio da Especialidade de Medicina Desportiva da Ordem dos Médicos ou titular de curso de pós-graduação em Medicina Desportiva aprovado por aquele órgão.

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um projecto de decreto-lei que estabelece o regime dos instrumentos de gestão territorial;
- Um decreto-lei que estabelece o regime jurídico da medicina desportiva;
- Um decreto-lei que cria a linha de crédito destinada à aquisição de batata de consumo produzida na presente campanha, por forma a assegurar o normal escoamento da produção;
- Um projecto de decreto-lei que extingue os tribunais fiscais aduaneiros, cria os tribunais administrativos de círculo de Braga e de Faro e agrega os tribunais administrativos de círculo e os tribunais tributários de 1ª Instância, respectivamente, do Funchal e de Ponta Delgada;
- Um resolução que nomeia a comissão que vai apreciar os requerimentos de revisão de situação de militares que participaram na transição para a democracia iniciada em 25 de Abril de 1974;
- Um decreto-lei que autoriza a elaboração pelas escolas, e durante um período de três anos, de contratos administrativos de provimento para categorias de ingresso de várias carreiras do pessoal não docente;
- Uma resolução que fixa a quantidade de acções a alienar na quarta fase do processo de privatização da Portugal Telecom, SA;
- Um decreto-lei que transfere para o Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, os processos individuais do pessoal da administração do território de Macau, titular de pensões de aposentação, de sobrevivência e de preço de sangue cujo pagamento seja da responsabilidade da Caixa Geral de Aposentações;
- Um diploma que altera o decreto-lei n.º 357/93, de 14 de Outubro, na parte relativa à data relevante para efeitos de determinação da carreira e categoria de integração dos funcionários de Macau nos serviços da República Portuguesa;
- Um diploma que aprova a Lei Orgânica do Departamento de Estatísticas do Trabalho, Emprego e Formação Profissional (DETEFP) do Ministério do Trabalho e Solidariedade;
- Um decreto-lei que estabelece as regras relativas à organização e funcionamento da Comissão de Normalização Contabilística (CNC);
- Um decreto-lei que autoriza a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, SA a cunhar uma série de quatro moedas comemorativas com o valor facial de 200 escudos, alusivas à Descoberta do Brasil por Pedro Álvares Cabral;
- Um decreto-lei que autoriza a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, SA a cunhar duas moedas comemorativas do cinquentenário da UNICEF, com o valor facial de 100 e 200 escudos;
- Um decreto-lei que autoriza a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, SA a cunhar a terceira e última série de moedas comemorativas alusivas à Exposição Mundial de Lisboa – Expo'98, com uma moeda de prata com o valor facial de 1 000 escudos;
- Uma resolução que ratifica o Plano de Pormenor do Carregueiro no município de Aljustrel;
- Uma resolução que ratifica o Plano de Urbanização dos Covões, no município de Portalegre;
- Um resolução que ratifica a revisão do Plano Director Municipal de Oliveira do Bairro;
- Uma resolução que nomeia Joaquim Renato Ferreira Araújo para o cargo de encarregado de grupo de missão constituído pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 139/97, de 21 de Agosto.



NOVO REGIME DE INSTRUMENTOS

O Executivo socialista deu luz verde, no dia 8, em reunião de Conselho de Ministros, a um projecto de decreto-lei que estabelece o regime dos instrumentos de gestão territorial.

Estabelecidas as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo pela Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto, o Governo procedeu, através deste diploma, à concretização do programa de acção legislativa complementar, definindo-se o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial.

O decreto-lei estabelece também os instrumentos operacionais, necessários à programação da execução dos planos, bem como mecanismos de compensação de benefícios e encargos entre proprietários afectados pela execução dos planos municipais, dando igualmente cumprimento à exigência de regulamentação complementar, no domínio da política de solos e nos instrumentos de transformação da estrutura fundiária.

Em termos sumários, o diploma estabelece todo um leque de medidas inovatórias de carácter genérico.

Assim, ficou concretizado o princípio consagrado na Revisão Constitucional de 1997 (n.º 5 do art. 65º) de participação dos interessados na elaboração dos instrumentos de planeamento territorial.

Alargou-se o dever de publicitação (designadamente através da comunicação social) das decisões de desencadear os processos de elaboração, alteração ou revisão, da conclusão das diversas fases e teor dos elementos a submeter a discussão pública, das conclusões desta, bem como dos procedimentos de avaliação.

No diploma consagra-se, igualmente, o dever de explicitação, pelos instrumentos de gestão territorial, do respectivo fundamento técnico e estabelece-se como regra que o acompanhamento da elaboração dos diversos instrumentos compete a uma comissão mista de coordenação cuja composição deve traduzir a natureza dos interesses a salvaguardar e a relevância das implicações técnicas a considerar.

Relativamente aos diversos instrumentos de ordenamento do território importa salientar que, no que respeita ao Programa Nacional de Ordenamento do Território (PNOT), estabelecem-se não apenas as opções e directrizes relativas à configuração do sistema urbano, das redes, das infra-estruturas e equipamentos de interesse nacional bem como à salvaguarda e valorização das áreas de interesse nacional em termos ambientais, patrimoniais e de desenvolvimento rural, mas também os princípios e os objectivos assumidos pelo Estado quer quanto à localização de ati-

vidades, serviços e investimentos públicos quer em matéria e qualidade de vida e efectivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, tendo em vista a promoção de uma efectiva equidade territorial;

A nível de Planos Sectoriais e de Planos Especiais prevê-se a determinação da decisão de elaboração por resolução do Conselho de Ministros, explicitando a sua finalidade, com menção expressa dos interesses públicos prosseguidos, a especificação dos objectivos a atingir, a indicação da entidade pública responsável pela respectiva elaboração e o respectivo âmbito territorial, com menção expressa das autarquias locais envolvidas.

No tocante aos Planos Regionais (PROT), estes articular-se-ão com a estratégia regional de desenvolvimento económico e social constante dos correspondentes planos de desenvolvimento regional cujos objectivos o PROT deverá traduzir espacialmente, equacionando ainda as medidas tendentes à atenuação das assimetrias de desenvolvimento que se verifiquem no âmbito do espaço regional.

Estabelece-se ainda que, em conformidade com o resultado do referendo realizado em 8 de Novembro de 1998, e até à instituição em concreto das regiões administrativas, as competências relativas aos PROT são exercidas pelas comissões de coordenação regional (CCR's).

Quanto aos planos intermunicipais, de elaboração facultativa, clarificam-se os seus objectivos, prevendo-se que integrem directrizes para o uso integrado do território abrangido e a definição de redes intermunicipais de infra-estruturas, equipa-

mentos, transportes e serviços, bem como de padrões mínimos e objectivos a atingir em matéria de qualidade ambiental.

A nível dos planos municipais, traça-se uma nova configuração do acompanhamento da sua elaboração, quer na vertente da intervenção dos diversos sectores da Administração quer na previsão da submissão da proposta de plano director municipal a parecer final da comissão de coordenação regional.

As medidas cautelares são circunscritas às medidas preventivas, que se destinam a evitar a alteração das circunstâncias e das condições de facto existentes que possa limitar a liberdade de planeamento ou comprometer ou tornar mais onerosa a execução do plano.

A opção pela eliminação da figura das normas provisórias fundamenta-se essencialmente na actual cobertura quase total do país por planos directores municipais eficazes.

Inovação significativa é ainda a previsão de direito à indemnização decorrente da adopção de medidas preventivas nas seguintes situações:

- Quando comportem, durante a sua vigência, uma restrição ou supressão substancial de direitos de uso do solo preexistentes e juridicamente consolidados, designadamente mediante licença ou autorização.
- Quando a mesma ocorra dentro do prazo de quatro anos após a caducidade de medidas preventivas anteriores, correspondendo o valor da indemnização ao prejuízo efectivo provocado à pessoa em causa em virtude de ter estado provisoriamente impedida de utilizar o seu solo

para a finalidade para ele admitida. Relativamente à execução do planeamento territorial estabelece-se que este se desenvolverá no âmbito de unidades a delimitar para o efeito pela Câmara Municipal, por iniciativa própria ou a requerimento dos proprietários interessados, as quais devem integrar as áreas a afectar a espaços públicos ou equipamentos.

Neste âmbito, prevêem-se três sistemas através dos quais a execução pode concretizar-se: o de compensação, no qual a iniciativa pertence aos particulares; o de cooperação, no qual a iniciativa pertence ao município e o de imposição administrativa, no qual a iniciativa e a respectiva concretização cabem ao município, actuando directamente ou através de concessão de urbanização, necessariamente precedida de concurso público.

Em matéria de avaliação dos instrumentos de gestão territorial, desenvolvem-se as formas de acompanhamento permanente, prevendo-se ao nível da avaliação técnica, a criação de um observatório, a criar no âmbito do MEPAT, integrando um grupo de peritos constituído por especialistas no domínio do ordenamento do território.

Ao referido grupo competirá a criação e o desenvolvimento de um sistema nacional de dados sobre o território e a elaboração de relatórios periódicos sobre a concretização das orientações do programa nacional e em particular sobre a articulação entre as acções sectoriais, bem como a possibilidade de recurso à avaliação por entidades independentes, designadamente instituições universitárias ou científicas nacionais com prática de investigação relevante neste domínio.



DEPUTADO PEREIRA MARQUES

Detectores de metais

DEFENDER O PATRIMÓNIO CONTRA «CAÇA AO TESOURO»



«A imprensa, mas sobretudo arqueólogos e outros investigadores, têm-se feito eco, nos últimos tempos, da utilização abusiva, cada vez mais significativa - sobretudo em certas zonas do país - de detectores de metais, em buscas de objectos e artefactos podendo interessar à pré-história, à história, à arte, à numismática ou à arqueologia. Por vezes mesmo em monumentos e sítios classificados ou em vias de classificação», disse no dia 30 de Junho, no Parlamento, o deputado socialista Fernando Pereira Marques. Trata-se, segundo o deputado socialista, «de uma prática conduzida numa óptica de mera "caça ao tesouro" ou com fins estreitamente comerciais, que não é acompanhada cientificamente, prejudica investigações e escavações em curso, destrói a estratigrafia, lesando, por consequência, o património cultural nacional e, nomeadamente, o património arqueológico».

Suprir vazio legislativo

Fernando Pereira Marques referiu que «a Lei 13/85, de 6 de Julho, não contempla esta questão, que era devidamente considerada e regulamentada, tanto pela Lei do Património que o anterior Governo elaborara e que não foi avançada com o fim da VI Legislatura, como pela nova Lei do Património apresentada pelo actual Governo a esta Câmara e que não mereceu o acolhi-

mento da maioria dos grupos parlamentares que a constituem». Assim, adiantou, «justifica-se esta iniciativa pontual para suprir o vazio legislativo que permanece». «Facto tanto mais necessário quanto a Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico, ratificada por esta Assembleia, refere expressamente a necessidade de submeter a autorização prévia específica, sempre que previsto pelo direito interno dos Estados, o uso de detectores de metais e de qualquer outro equipamento de detecção ou processo mecânico destinado à investigação arqueológica», acrescentou. Acresce que «com a publicação do decreto-lei n.º 164/97, de 27 de Junho, já se encontra devidamente regulamentado, o uso de detectores de metais em meio subaquático, pelo que importa colmatar a lacuna no que se refere à utilização desses instrumentos em meio terrestre». Fernando Pereira Marques disse ainda ter «a consciência de que esta medida não resolverá, por milagre, todas as práticas abusivas com as características aqui consideradas, mas constituirá um importante factor de dissuasão e fornecerá o enquadramento legal adequado à intervenção das autoridades competentes». Sem prejuízo, sublinhou, «de uma indispensável acção de sensibilização e de formação para os deveres que devem ser colectivamente assumidos pelos cidadãos, de defesa, salvaguarda e preservação do património cultural nacional». **J. C. C. B.**

DEPUTADO RUI NAMORADO

Cooperativas

UM MOVIMENTO DE ESPERANÇA NUM TEMPO DE GLOBALIZAÇÃO OPRESSIVA



O passado dia 1 de Julho foi Dia Internacional das Cooperativas. Sinal dos tempos, nos «meia» portugueses esta data passou completamente despercebida. Curiosamente, os órgãos de informação não se esquecem um só dia de, com pequenas «nuances», nos metralharem com os índices das bolsas, os grandes negócios das multinacionais, a especulação imobiliária e outras delícias do neoliberalismo feito pensamento único, para já não falar das análises económicas feitas na sua esmagadora maioria por adeptos incondicionais da «mão invisível». Embora uma certa direita se arrepie e não goste mesmo nada de ouvir falar de cooperativas, a Assembleia da República (AR) aprovou um voto de saudação no Dia Internacional das Cooperativas, tendo o deputado socialista Rui Namorado feito uma brilhante e oportuna intervenção, na qual enalteceu as virtualidades do movimento cooperativo. «Com esta saudação, a AR incorpora-se numa vasta orquestra que por todo o mundo assinala mais um Dia Internacional das Cooperativas», salientou. Mas, frisou, «este sinal comemorativo de existência de um movimento que há muito dá testemunho de uma globalização, que não fere nem discrimina ninguém, repete-se há 77 anos. Não é, portanto, um fenómeno passageiro condenado a esfumar-se numa curva da História».

Pelo contrário, acrescentou, «neste tempo em que a globalização é ainda predominantemente opressiva e predatória, o movimento cooperativo faz inequivocamente parte da galáxia da esperança, das múltiplas associações de vontades, das várias congregações de sonhos, das incansáveis teimosias quotidianas que esforçadamente caminham para o futuro. Todas elas contribuindo para dar consistência à possibilidade de inverter o sinal hoje dominante na globalização, contraopondo uma globalização emancipatória e libertadora à globalização predatória dominante».

Orquestra emancipatória

De facto, disse, «cooperativas, mutualidades, associações, fundações de finalidade solidária, instituições de solidariedade social, práticas comunitárias tradicionais organizadas, experiências autogestionárias, materializam essa corrente de cooperação e solidariedade, em Portugal e no mundo. E no nosso país, isso mesmo é reconhecido e estimulado na própria Constituição». Salientando que o voto de saudação da Assembleia da República às cooperativas portuguesas é «oportuno e justificado», Rui Namorado considerou que ele não pode reduzir-se a uma «condescendente efeméride», ou seja, «tem que significar que esta Assembleia quer assumir o seu lugar na orquestra emancipatória em que hoje circunstancialmente se incorpora».

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADA ROSA ALBERNAZ

Direitos Humanos

SITUAÇÕES INSUSTENTÁVEIS



«Urge adoptar uma acção concertada e energética por forma a restaurar a situação de paz e de direito a que o povo cipriota aspira.» Foi este o alerta lançado pela deputada socialista Rosa Maria Albernaz numa declaração política proferida, no passado dia 1, na Assembleia da República. Para a parlamentar do PS, a pacificação da zona invadida e ocupada pelos turcos, desde 1974, passa necessariamente pelo reatar das negociações entre as partes envolvidas: a Grécia e a Turquia. Falando sobre a violação continuada dos direitos humanos no Chipre, a deputada do GP/PS qualificou a situação que se vive há 25 anos no território ocupado como sendo de «difícil sustentabilidade». «Os constantes desaparecimentos de pessoas que já se cifram em largas centenas, as sistemáticas violações aos mais elementares direitos fundamentais, tais como: o acesso à educação, o direito à unidade da família, a liberdade de circulação e

deslocação, o direito à propriedade, entre outros são vedados à comunidade gregocipriota», recordou Rosa Maria Albernaz. Recordando que o Chipre participa em diversas entidades ligadas à Europa o seu pedido de adesão à União Europeia (EU), a deputada socialista considerou que «os crimes turcos contra o povo cipriota são antes de mais um insulto contra a cultura e civilização europeias». «Torna-se então um imperativo categórico para essas instituições, que assumiram a perpetuação dos ideais europeus, não somente darem todos os passos necessários para colocarem um ponto final no crime continuado, mas também no sentido de adoptarem medidas para recriarem os princípios europeus num Chipre refém das hordas de Átila». Segundo a parlamentar do PS, «25 anos depois da decisão de facto imposta pelo exército turco, tornou-se claro que a presente situação de insegurança e tensão constante não é de modo algum uma solução. Pelo contrário, tornou-se uma fonte de agonia para todos, quer para os cipriotas gregos, quer para os cipriotas turcos».

«A reunificação do Chipre e a implementação dos princípios e ideais da Europa, constituem a melhor garantia para um futuro pacífico e harmonioso», defendeu, congratulando-se com a posição adoptada por Portugal quanto à candidatura do Chipre à UE. Rosa Maria Albernaz terminou a sua declaração política com um apelo em prol do futuro do povo cipriota. «O Chipre olha para a Europa com esperança. Estou certa que a Europa não defraudará essa legítima expectativa» disse.

A questão curda

Na mesma sessão plenária do hemiciclo de São Bento a deputada Rosa Maria Albernaz apresentou um voto de protesto em que os deputados da Assembleia da República exprimem a sua «viva» condenação pelos constantes atropelos aos direitos fundamentais perpetrados contra o povo curdo que culminaram com a morte do seu líder», o Presidente Ozal. Recordando que as origens dos curdos perdem-se nos anais da história e que há

cerca de três mil anos que estes habitam regiões montanhosas que actualmente fazem parte do Irão, Iraque, Turquia, Síria e ex-URSS, a parlamentar do PS chamou a atenção para a situação vivida pela população curda na Turquia, onde «enfrentaram a mais dura repressão que se traduziu na proibição do uso da língua, a proibição de escola própria, as perseguições bárbaras, as três mil aldeias arrasadas, os cerca de 30 mil mortos, bem como as execuções». Lembrando ainda a malograda tentativa de resolução do diferendo turco-curdo com o cessar-fogo unilateral proposto, em 1993, pelo líder do PKK, Abdullah Öcalan (condenado recentemente à morte pelo tribunal da Turquia por crimes de terrorismo), Rosa Maria Albernaz afirmou que o Parlamento português não podia deixar de repudiar os «actos selváticos» e a «espiral de violência» que ceifou a vida de Ozal, entre muitos outros, sem deixar de sublinhar que todos estes crimes suscitaram um «veemente protesto de indignação» agudizado pelo facto de partirem de um país que faz parte do Conselho da Europa e que quer pertencer à família europeia. **MARY RODRIGUES**

BRUXELAS

Comissão Europeia

ANTÓNIO VITORINO NA JUSTIÇA E ASSUNTOS INTERNOS

O camarada António Vitorino, um dos mais brilhantes políticos da sua geração, é o novo comissário europeu para a justiça e os assuntos internos no novo Executivo europeu de Romano Prodi.

O presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, nomeou no dia 9 de Julho os 19 comissários que dirigirão o Executivo europeu a partir de meados de Setembro após a investidura dos eurodeputados. O britânico Neil Kinnock (trabalhista) e a espanhola Loyola de Palacio (conservadora) foram nomeados vice-presidentes. Ao primeiro caberá a reforma administrativa da comissão e as relações com o parlamento europeu e à segunda os transportes e a energia.

As importantes pastas do comércio internacional, incluindo as negociações no seio da Organização Mundial do Comércio (OMC), da economia e finanças e do alar-



gamento caberão, respectivamente, ao francês Pascal Lamy (socialista), ao ministro espanhol das finanças Pedro Solbes (socialista) e ao alemão Guenter Verheugen (social-democrata).

A pasta da agricultura e pesca mantém-se nas mãos do austríaco Franz Fischler (conservador) e da concorrência foi atribuída ao italiano Mario Monti (liberal-independente).

A pasta das relações externas, que agora está separada do comércio internacional e do alargamento, foi atribuída ao britânico Christopher Patten (conservador), o orçamento à alemã Michaela Schreyer (Verdes), o ambiente à sueca Margot Wallstrom (socialista), o desenvolvimento e ajuda humanitária ao dinamarquês Poul Nielson (socialista), a política regional ao francês Michel Barnier (conservador).

O holandês Frits Bolkenstein (liberal) recebeu a pasta do mercado interno, a luxemburguesa Viviane Reding (cristã-social) a educação e a cultura, o belga Philippe Busquin (socialista) a investigação, o irlandês David Byrne (centro-direi-

ta) a protecção da saúde e dos consumidores e o finlandês Erkki Liikanen (socialista) as empresas e a sociedade de informação.

A nova comissão inclui 11 personalidades de centro-esquerda e esquerda e nove de centro-direita e direita.

Haverá no total cinco mulheres e quatro comissários cessantes (Franz Fischler, Mario Monti, Neil Kinnock e Erkki Liikanen). Recorde-se que a comissão cessante de Jacques Santer demitiu-se em colectivo a 15 de Março último depois de um relatório de peritos que lhe atribuiu graves erros de gestão. Continuará, no entanto, a assegurar os assuntos correntes até meados de Setembro.

Os 19 novos comissários serão ouvidos a partir de 30 de Agosto pelo Parlamento Europeu que deverá, em princípio, investilos na sua sessão plenária de 15 de Setembro, em Estrasburgo.

VACAS LOUCAS

Guterres considera

PROLONGAMENTO DO EMBARGO É INJUSTIFICÁVEL

O primeiro-ministro, António Guterres, disse no dia 8 em Chaves que o Governo já manifestou à Comissão Europeia «o total desagrado com a decisão injustificável» de manter o embargo a carne de vaca portuguesa.

António Guterres considerou que esta decisão é «arbitrária, baseada numa mudan-



ça de critérios que o Governo rejeita e com a qual não concorda».

«Temos de sublinhar os elogios que a Comissão Europeia fez ao trabalho magnífico que Portugal tem feito nesta matéria, no sentido de criar todas as condições para que o problema a prazo desapareça», afirmou.

Para o primeiro-ministro, «o único proble-

ma que permanece são os casos antigos que vêm do passado e que só se manifestam muitos anos depois. Mas em relação a isso houve uma mudança de critérios por parte da Comissão, que são, na opinião do Governo português, injustificáveis».

António Guterres falava aos jornalistas no final da sessão solene de comemoração do Dia do Município de Chaves.

POPULAÇÃO

Dia Mundial

KOFI ANNAN RECORDA QUE «A POPULAÇÃO NÃO É SÓ UMA QUESTÃO DE NÚMEROS»

«A população não é apenas uma questão de números, tem a ver com seres humanos, com cada um de nós» - afirma o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, na sua mensagem sobre o Dia Mundial da População que decorreu no dia 11 de Julho.

Na sua missiva, Annan reporta-se ao dia 12 de Outubro, data escolhida para simbolizar o momento em que a população mundial ultrapassará o nível dos seis mil milhões de pessoas.

«Por muito impressionante que seja, este número deve ser acima de tudo uma oca-



sião para nos recordar que a população não é só uma questão de números (...), tem a ver com todos os homens e mulheres poderem sustentar os filhos que decidirem ter, assegurar o seu bem-estar e dar-lhes uma vida digna. Tem a ver com a liberdade individual, com os direitos humanos e com o desenvolvimento sustentável para todos», reforça.

Para Kofi Annan, a população tem também a ver com o planeta onde habitamos. «Como comunidade mundial teremos de encontrar maneiras de utilizar os recursos naturais com mais prudência e partilhá-los de forma mais equitativa», realça.

Ainda na sua mensagem sobre o Dia Mundial da População, o secretário-geral da ONU aponta para a «estabilização da população (...), para que a Terra nos continue a sustentar a todos no futuro», reportando-se à Conferência do Cairo, em 1994, onde «assumimos esse compromisso».

Segundo Annan, têm-se conseguido «progressos animadores nesse sentido». Reafirmou, a propósito, que as Nações Unidas «não abrandarão os seus esforços de continuarem a cooperar e a transmitir a mensagem correcta aos jovens de hoje, para um futuro melhor para todos».

«PORTUGAL. WE LOVE FOOTBALL»

Milhares de pessoas de todas as idades estarão, no próximo sábado, dia 24, no Estádio Nacional, formando o logotipo humano que fará chegar à UEFA a mensagem «Portugal. We love football».

A ideia não é apenas construir a maior imagem animada de todos os tempos, mas também e sobretudo, de manifestar o apoio de todos os portugueses à candidatura do nosso país ao campeonato europeu de futebol que se realizará daqui a pouco mais de quatro anos.

É que os portugueses, amantes do «desporto-rei», querem ver os melhores jogadores de futebol do mundo a jogar nos relvados do País.

Num apelo à participação geral e não só dos habitantes de Lisboa, a organização do evento tem programadas viagens em grupo, para facilitar as deslocações.

A gratuidade do transporte de ida e volta para o Estádio é assegurada pela organização, bem como o jantar daqueles que vierem de mais longe.

Além da vontade de ajudar a construir um gigantesco logotipo humano e de participar num filme que a Candidatura Portuguesa vai apresentar à UEFA e exibir em várias cadeias de televisão internacionais, há outros motivos para querer estar presente no dia em que Portugal se fará ouvir e ver pelo globo inteiro.

Muita animação e música, com demonstrações de perícias por campeões internacionais em BMX, patins e skates, despiques de DJ's, concertos, entre outras, completarão a lista de boas razões para passar um agradável e original sábado, no relvado do Estádio Nacional.

Para recordação ficará a experiência de um



espectáculo ímpar, um delicioso lanche oferecido pela organização, as capas coloridas que cada um vestir na composição do logo e uma credencial/diploma que certificará a presença dos participantes.

Aos «convivas» será facultado um bloco de senhas para poderem solicitar refrigerantes e águas, assim como bolachas e gelados. No final serão sorteados prémios: um automóvel, bilhetes para os jogos da se-

leção nacional e entradas para a cerimónia de abertura do Euro'2004.

O programa desta iniciativa contará também com a presença dos Toca a Rufar, do cantor Rui Veloso – que subirá ao palco para cantar a música do «Avenidas» e dos «craques» Figo e Rui Costa.

O ponto alto de toda esta celebração desportiva será, sem dúvida no momento em que milhares de pessoas coloridas de bran-

co, preto, verde e vermelho, acenem aos espectadores de todo mundo e gritem que os portugueses adoram futebol, perante as câmaras colocadas em helicópteros.

Um show apoteótico de fogo-de-artifício assinalará o final da festa e anunciará o prelúdio de uma outra ainda maior: a que acontecerá nos relvados nacionais em 2004, empolando o orgulho de se ser português.

MARY RODRIGUES

MAIS DE 55 MIL CHAMADAS ATENDIDAS

Ainda não completou um ano de existência, mas o número verde 0800-222002 já atendeu mais de 55 mil chamadas.

Trata-se do projecto de aconselhamento telefónico nas áreas da educação sexual e planeamento familiar designado «Sexualidade em Linha», cujo balanço foi feito, na semana passada, no âmbito de um seminário sobre sexualidade juvenil, realizado no Centro Cultural de Belém, em Lisboa.

Segundo as informações divulgadas, o sexo feminino é o que mais recorre a este sistema telefónico de consulta.

Assim, 55,9 por cento dos telefonemas atendidos foram feitos por raparigas, contra 44 por cento de consultas feitas por rapazes.

A faixa etária dos utentes desta iniciativa do Governo socialista situa-se entre os 13 e os 18 anos, tornando os adolescentes



os principais beneficiários da «Sexualidade em Linha».

Neste primeiro ano, uma grande maioria (95 por cento) dos telefonemas foram

efectuados pelos próprios interessados nas informações, indicando a assunção de uma sexualidade descomplexada e ainda uma confiança no projecto de iniciativa socialista.

Quanto às razões que leva os jovens a discar o número verde em questão, surge como principal a busca de informação sexual (33,6 por cento das chamadas), seguindo-se as questões sobre técnicas contraceptivas (20,3 por cento) e as relações interpessoais (14,2 por cento).

Segundo o secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes, «o facto de a linha ser extremamente discreta, gratuita e de fácil acesso contribuiu para seu êxito».

É que, «apesar de vivermos numa sociedade muito marcada pela sexualidade, isso não significa que as pessoas estejam suficientemente à vontade para a debater, o que faz com que os jovens, cada vez mais cedo, sofram as consequências des-

se efeito, e nem sempre tenham espaços ou pessoas com quem falar», explicou.

Recorde-se que o serviço prestado através do 0800-222002 foi criado no âmbito de uma parceria entre o Instituto Português da Juventude e a Associação para o Planeamento da Família, tendo entrado em funcionamento a 1 de Junho de 1998.

Cada telefonema atendido visa fornecer uma resposta às questões levantadas pelos utentes que, consoante as suas necessidades, são encaminhados para centros de saúde ou para o médico de família ou ainda para associações de planeamento familiar.

Alguns dos beneficiários do número verde são também direccionados para os Gabinetes de Apoio à Sexualidade Juvenil, que, uma vez estruturados num modelo de aconselhamento, dão continuidade ao trabalho iniciado a partir do momento em que se «está lá», na «Sexualidade em Linha». M.R.

GUTERRES RECEBIDO CALOROSAMENTE POR MILHARES DE IDOSOS

Mais de doze mil idosos dos distritos de Bragança, Vila Real, Viana do Castelo, Porto e Braga receberam no passado dia 4 de Julho, o primeiro-ministro, António Guterres, no Santuário de Nossa Senhora da Serra, em Bragança, Trás-os-Montes. Apesar do mau tempo que se fez sentir, António Guterres foi recebido calorosamente pelos milhares de idosos que se deslocaram em mais de 220 autocarros para participarem no 9º Encontro de Idosos do Distrito de Bragança, promovido pela União das Instituições Particulares de Solidariedade Social.

O primeiro-ministro teve alguma dificuldade em atravessar o recinto, demorando mais de uma hora para fazer um percurso a pé com pouco mais de 500 metros, devido à sofreguidão e euforia dos milhares de peregrinos que ansiavam por beijá-lo e abraçá-lo.

Já no palco onde discursou, António Guterres certificou-se de que ninguém tinha ficado sem oportunidade, pedindo que todos se considerassem «beijados e abraçados».

Dirigindo-se aos milhares de idosos que o escutavam, o primeiro-ministro, António Guterres, prometeu que «na próxima legislatura a principal preocupação do Governo será com os idosos mais necessitados».



Governo preocupado com idosos mais necessitados

«As medidas para toda a gente acabam por beneficiar, muitas vezes, quem não precisa. Temos que orientar as nossas políticas para as pessoas idosas mais necessitadas, com menos recursos e mais dependentes», declarou.

António Guterres mostrou-se preocupado com os idosos dependentes que «não con-

seguem sobreviver só por si, necessitando de uma atenção constante». «É para eles que temos de orientar os nossos recursos, não só aumentando as pensões mas promovendo uma maior relação entre a Saúde e as IPSS, garantindo um internamento digno a todos que dele necessitem», frisou.

Reconhecendo que «as fórmulas são várias, o que é necessário é trabalhar em conjunto para encontrar as melhores», mos-

trou-se receptivo a algumas propostas avançadas pelo presidente da União das Instituições Particulares de Solidariedade de Social, José Maia, nomeadamente a criação de centros de noite.

«É possível fazer alguma coisa, não com a máquina pesada do Estado, mas em parceria com estas instituições, criando lares, jardins de infância e promovendo um contacto mais estreito entre as gerações mais novas e a terceira idade», salientou.

O presidente das IPSS defendeu ainda a criação de «casas do povo em todas as freguesias do País para que haja um espaço com dignidade para os idosos», às quais deu o nome de centros comunitários de bem-estar social.

A Saúde foi também uma das áreas que José Maia defendeu ser necessário melhorar, considerando «inadmissível que um idoso que recorre a um hospital durante a noite seja obrigado a andar de taxi à procura de uma farmácia para aviar a sua receita». «É necessário acabar com o monopólio das farmácias e que em cada hospital os idosos possam ter acesso aos medicamentos», afirmou José Maia, anunciando ainda que é intenção da União das IPSS criar um observatório dos idosos em todos os distritos de forma a detectar os seus problemas e a dar uma resposta rápida às necessidades destas pessoas.

AVALIAÇÃO CREDÍVEL, TRANSPARENTE E DIVULGÁVEL

Avaliação do ensino superior é «um passo importante» para a cultura de qualidade do sistema, ao mesmo tempo que exigiu que o processo seja «credível e transparente» e «divulgável».

A consideração foi tecida, no passado dia 9, em Lisboa pelo ministro da Educação, Marçal Grilo, após a cerimónia de posse dos conselhos de avaliação do ensino superior privado - universitário e politécnico. Segundo o governante, os resultados da avaliação do ensino superior têm que ser divulgados na Internet e na Comunicação Social, por se tratar de um «processo importante» para a cultura de «qualidade e excelência» do ensino.

«O Governo vai continuar a assumir a responsabilidade conducente ao normal desenvolvimento do processo de avaliação, não apenas no financiamento dos custos da avaliação externa, mas também ao ni-



vel do acompanhamento exterior, mas há uma exigência: é que a avaliação se faça e seja divulgável», enfatizou Marçal Grilo.

O ministro exigiu que o processo de avaliação seja «credível e transparente», alegando que actualmente não há padrões nacionais de ensino superior, mas sim padrões europeus e/ou internacionais, sem os quais não é possível responder aos desafios da modernidade.

Marçal Grilo referiu ainda o facto de Portugal ter «pouca cultura» de avaliação, uma tendência que tem que ser contrariada.

«Este processo de internacionalização está ligado a um processo de avaliação credível e o Governo tudo fará para mostrar ao País os resultados da avaliação», acrescentou, considerando que as instituições de ensino superior nada têm a perder ao assumirem o funcionamento do sistema, as suas potencialidades e as suas fragilidades.

Para o titular da pasta da Educação, a posse dos conselhos de avaliação do

ensino superior privado representa ainda um «passo decisivo» no futuro do ensino superior particular e cooperativo e constitui «o sintoma mais claro» de que este tipo de ensino «quer credibilizar-se e consolidar-se».

Marçal Grilo avançou também que «não haverá ensino superior em Portugal no futuro que não tenha uma componente particular e cooperativa, cabendo ao Estado assumir que «todos os estudantes são iguais» e garantindo-lhes, entre outros factores, «acompanhamento em acção social escolar».

O desafio da qualidade e da obtenção do «princípio de excelência» do ensino superior - universitário ou politécnico - foram as «pedras de toque» dos discursos dos presidentes dos Conselhos de Avaliação empossados: Manuel Braga da Cruz, para o Universitário, e Jorge Arroteia, para o Politécnico.

JOSÉ LEITÃO FACILITA ACESSO À INTERNET

«**U**ma das nossas inúmeras preocupações é, precisamente, permitir acesso à informação por parte dos imigrantes e/ou minorias étnicas, bem como das suas associações e de todas as entidades que apostam na sua integração harmoniosa na sociedade portuguesa», afirmou o alto-comissário para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), José Leitão, no breve discurso que proferiu na cerimónia de inauguração do site do ACIME na Internet.

«Conscientes de que vivemos numa época em que a informação é condição emergente, não podemos, por isso, ignorar a mais-valia e a posição estratégica que o domínio de informação ocupa», acrescentou.

José Leitão referiu que «quando falamos em informação pensamos, nomeadamente, no que se refere ao domínio dos direitos e deveres das comunidades imigrantes e minorias étnicas, dos projectos de integração e da legislação existente, mais relevante».

Com a inauguração do nosso site, entre os vários links disponíveis, referiu, «disponemos de um relativo ao Centro de Documentação do ACIME, ainda com um acervo bibliográfico modesto (cerca de 500 monografias e cerca de 300 periódicos), mas em franca expansão. O Centro de Documentação, mais de que uma bi-



lioteca temática, pretende-se que venha a ser uma biblioteca de carácter genérico».

Através do Centro de Documentação, para além do acesso monográfico, o alto-comissário revelou que «poder-se-á, ainda, ter acesso aos mais variados documentos, inclusive, legislação, dados estatísticos, relatórios, entre outros».

Esta nossa iniciativa, salientou, «não pode, também, ser desligada da nossa participação no Projecto "Pelas Minorias", no quadro do Programa "Cidades Digitais", com o Ministério da Ciência e da Tecnologia, com o INESC, com sete asso-

ciações de imigrantes e com três câmaras municipais».

O alto-comissário disse estar a trabalhar para «criar condições para que os imigrantes e/ou minorias étnicas tenham acesso à informação e, simultaneamente, às novas tecnologias, com o intuito de combater a info-exclusão a que estas comunidades, quer por características endógenas, quer por características exógenas, estão sujeitas».

Segundo José Leitão, «a emergência da sociedade de informação e, consequentemente, de novos métodos e sistemas de comunicação e informação im-

põem-se como uma meta para o futuro da qual não nos poderemos alhear e é, nesse sentido, que é necessário e fundamental considerar o seu impacto negativo sobre grupos socialmente desfavorecidos». «Daí o nosso empenho em contribuir para assegurar o acesso dos imigrantes e das minorias étnicas à sociedade de informação», frisou.

No entanto, salientou, «a nossa acção não descansa aqui!».

Em cada rosto... igualdade

No quadro da parceria com a OIM (Organização Internacional para as Migrações), no Projecto «Em cada Rosto... Igualdade», José Leitão adiantou que se irá «promover outras formas de informação, nomeadamente, através de vídeos e de spots publicitários e criar um Centro de Disseminação de Informação, que irá funcionar nas Portas de Benfica, em Lisboa».

Acrescentou ainda que o Centro de Informação produzirá o Boletim Informativo do ACIME em versão bilingue - Português/ Inglês.

Referiu também que o ACIME «irá providenciar para que os conteúdos do site, hoje apresentado, possam ser consultados por invisuais e amblopes».

A terminar afirmou: «Desde já vos convidamos a visitar o nosso site cujo endereço é <http://acime.gov.pt>»

J. C. C. B.

NOVA ESTRATÉGIA COM MAIS VERBAS

O ministro adjunto do primeiro-ministro, José Sócrates, anunciou, no passado dia 9, em Lisboa, que Portugal vai dispor, pela primeira vez, de verbas comunitárias para a prevenção e tratamento da toxicod dependência, contando ainda com o dobro das verbas estatais para os próximos quatro anos.

Ao abrigo do III Quadro Comunitário de Apoio (QCA), para o ano 2000-2006, serão disponibilizados a Portugal 23 milhões e 660 mil contos comunitários a aplicar em programas e infra-estruturas de prevenção e apoio a toxicod dependentes.

Na apresentação da Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga, que decorreu nas instalações do Projecto Vida, o ministro adjunto adiantou também que, a somar a esta verba originária dos fundos da União Europeia, o Executivo socialista pretende duplicar até 2003 os 32 milhões de contos gastos neste âmbito no ano em curso.

O coordenador do Projecto Vida disse que as verbas comunitárias serão distribuídas

por três programas operacionais: o «Saúde» (3,1 milhões de contos), o «Formação, Emprego e Desenvolvimentos Social» (20 milhões) e o «Ciência e Tecnologia» (560 mil contos).

Alexandre Rosa apresentou ainda três publicações do Projecto Vida, no âmbito da estratégia de Luta Contra a Droga.

Destinado sobretudo a todo o pessoal envolvido nesta temática e ainda aos magistrados para fins de encaminhamento de toxicod dependentes, o Projecto Vida publicou o «Guia de Recursos 1999», contendo todas as infra-estruturas de apoio e tratamento existentes no País.

Para a população em geral, foram lançados um livro sobre a «Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga», que visa, segundo Alexandre Rosa, «levar ao conhecimento de um maior número de pessoas a estratégia do Governo nesta área», e uma publicação intitulada «Face às Toxicod dependências - Reflectir para Prevenir».

Das verbas inseridas no III QCA para a luta

contra a droga, a maior fatia, 11 milhões de contos, irá para a reinserção socioprofissional dos ex-toxicod dependentes, seguindo-se as áreas da prevenção da toxicod dependência que contará com uma verba que ascende, na globalidade, aos quatro milhões de contos. Outros sectores visados serão o apoio social e a redução de riscos, o tratamento ao nível das infra-estruturas, e o tratamento em estabelecimentos prisionais, com três milhões, 2,4 milhões e 450 mil contos, respectivamente.

Completam a lista os sectores da reinserção social, com 2,250 milhões de contos e o recém-criado Sistema de Informação Sobre a Droga e a Toxicod dependência - área de investigação - que será dotado de 560 mil contos.

Segundo os responsáveis, o reforço de quatro milhões a ser utilizado na área da prevenção vai destinar-se à formação de agentes de prevenção e de pessoal penitenciário, a projectos integrados de desenvolvimento comunitário e a projectos de

prevenção em meio prisional.

Na área do tratamento, o Governo, na sua estratégia nacional, vai privilegiar os Centros de Atendimento de Toxicod dependentes, Comunidades Terapêuticas (públicas e privadas), Unidades de Desabilitação e Alas Livres de Drogas em estabelecimentos prisionais.

No apoio social e redução de riscos serão beneficiados os Centros de Apoio e Motivação de toxicod dependentes e ainda as Equipas de Rua.

A reinserção social contemplará as casas de saúde do sistema prisional e os apartamentos de reinserção, prevendo-se, segundo o coordenador do Projecto Vida, a construção em todo o País de mais 50 destes apartamentos.

Finalmente, a reinserção sócio-profissional, disporá de mais de uma dezena de milhões de contos para a formação profissional dos toxicod dependentes em tratamento e pelo Programa Vida-Emprego, recentemente lançado pelo ministro adjunto, José Sócrates.

GOVERNO ADMITE ALARGAR PRAZO PARA MODERNIZAÇÃO DOS LAGARES

O secretário de Estado da Modernização Agrícola e Produção Agro-Alimentar, Luís Vieira, admitiu recentemente, em Alfândega da Fé, o alargamento do prazo dado aos proprietários de lagares de azeite para modernizarem as infra-estruturas.

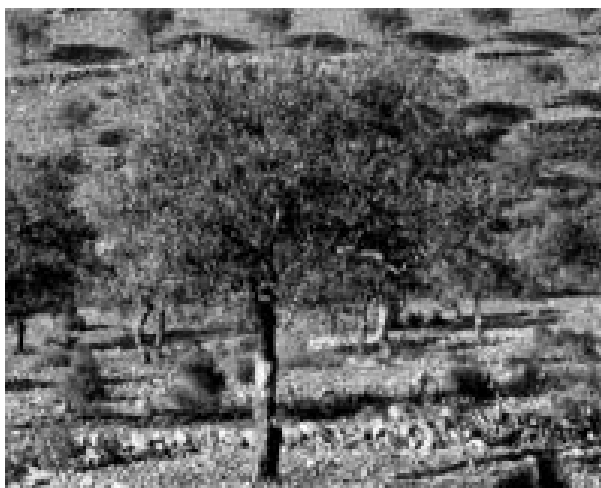
O Governo estipulou que até Dezembro deste ano os proprietários dos lagares devem proceder a obras de adaptação e modernização, de forma a fazer cumprir as normas europeias, nomeadamente sobre a poluição ambiental provocada pelo despejo das chamadas «águas russas» nos rios e ribeiras.

«Temos no entanto de ser realistas sobre esta matéria e, se houver um grande número de lagares que por qualquer razão não encontrou as melhores soluções em termos de investimento, teremos que equacionar a questão de eventualmente fazer um prolongamento do prazo», afirmou Luís Vieira.

Segundo disse, o agricultores, «em princípio, ainda vão fazer a campanha de Novembro nas actuais condições».

Adiantou no entanto que «os serviços vão dar um prazo aos operadores económicos e, findo esse prazo», ainda não definido, «as unidades terão de encerrar, se não forem cumpridas as obras que devem fazer durante esse período».

«Todos aqueles que à partida mostrem não ter capacidade de realizar este tipo de investimento não terão outra alternativa senão encerrar as suas unidades», afirmou.



O secretário de Estado considerou que «se perdeu algum tempo em relação a esta matéria, apesar de o II Quadro Comunitário de Apoio ter disponibilizado verbas para a construção das infra-estruturas necessárias, nomeadamente estações de tratamento de águas residuais».

O governante disse esperar que «com o III Quadro Comunitário de Apoio sejam disponibilizadas verbas que permitam aos operadores económicos obter um bom financiamento e que no mais curto prazo de tempo realizem esses investimentos».

O secretário de Estado não especificou o

número de lagares que se encontram em situação irregular, adiantando que «foi feito um levantamento da situação, mas ainda não há um estudo de caracterização do problema». As situações de incumprimento são atribuídas a unidades de pequena e média dimensão, como a maioria das 250 que existem na região de Trás-os-Montes e Alto Douro, onde apenas 10 por cento cumprem a lei.

O secretário de Estado da Modernização Agrícola e Qualidade Alimentar assinou, em Alfândega da Fé, durante a Festa da Cereja, o protocolo para a construção da barragem de Sambade, que triplicará a capacidade de regadio e completará a rede de abastecimento de água às aldeias do concelho.

Relativamente ao regadio, Luís Vieira adiantou que a região de Trás-os-Montes e Alto Douro vai ser contemplada com 18 milhões de contos no III Quadro Comunitário de Apoio, entre os anos de 2000 e 2006.

Segundo disse, o montante abrange toda a região transmontana e vai permitir avançar com o plano de regadio do Vale da Vilarica, através da execução do projecto para a construção da Barragem de Santa Justa.

Esta é uma das três barragens prometidas há décadas para resolver o problema da falta de água para rega naquele que é considerado o vale mais fértil da região transmontana, e para a qual o ex-ministro da Agricultura Gomes da Silva já tinha garantido apoio financeiro no actual Quadro Comunitário de Apoio.

EMBARGO AOS BOVINOS PORTUGUESES

Na sequência da decisão tomada no dia 8 pelo Colégio de Comissários da União Europeia o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas num comunicado emitido no mesmo dia reafirmou que «esta decisão não invoca nenhuma das razões que fundamentaram o embargo declarado em Novembro de 1998 (alegadas deficiências de controlos nos matadouros e fábricas de rações e o aumento de número de casos de animais positivos)».

A razão agora invocada reside na aplicação do novo critério da OIE (Organização Internacional das Epizootias) aprovado em 21 de Maio de 1999 que considera de «alta incidência de BSE» uma zona ou país com mais de «100 casos positivos nos últimos 12 meses, por milhão de bovinos com mais de dois anos de idade». Os dados referentes aos últimos 12 meses apurados em Portugal registam 174,5 casos.

Critério da OIE, até Maio de 1999, era de «200» e, em Novembro de 1998, a Comissão recusou-se a utilizá-lo. Se tivesse sido aplicado, não teria havido declaração de embargo.

A União Europeia não adoptou oficialmente nem reconhece o critério da OIE.

Portugal tem em execução, com avaliação positiva das missões veterinárias da UE que se deslocaram a Portugal, um radical plano de erradicação da doença contendo um conjunto de medidas que nenhum ou muito poucos Estados-membros aplicam e de que se destacam:

A divulgação periódica de informações junto de 150 000 criadores, com indicação dos sinais que podem contribuir para a detecção dos animais suspeitos; o abate de 11 160 animais coabitantes; a rastreabilidade de todos os animais positivos; a interdição da entrada na cadeia alimentar, humana e animal, dos denominados «materiais de risco específico» de bo-

vinos, ovinos e caprinos; a interdição da utilização de farinhas de carne e ossos na alimentação de todos as espécies animais; a retirada e destruição de todos os stocks existentes, à data do embargo, de farinhas de carne e ossos e de alimentos compostos para animais contendo esses produtos; o controlo sistemático, analítico e documental, às explorações e a todos os autoprodutores e unidades de produção de alimentos compostos para animais; a afectação, em permanência, de 99 agentes de controlo em todos os matadouros e fábricas de subprodutos; a constituição de equipas de supervisão para verificação dos procedimentos constantes das normas de boas práticas; a realização de todas as operações, para antecipação em seis meses, do disposto no regulamento nº 820/97/CE, instituindo, a partir de 1 de Julho de 1999, o Sistema Nacional de Identificação e Registo de Bovinos; o reforço da fiscalização, ao nível das vias de comunicação, dos portos

e dos aeroportos, traduzido na realização de 549 acções envolvendo milhares de controlos; a execução de medidas de controlo, no âmbito do comércio triangular, a nível das unidades de transformação existentes, através da colocação, em todas elas, de agentes controladores; o encerramento de 36 matadouros que não cumpriam integralmente os normativos comunitários.» Assim, pelas razões expostas o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas «não pode deixar de considerar profundamente discriminatória, injusta e penalizadora da fileira portuguesa do bovino a posição assumida pelo Colégio de Comissários da União Europeia. Esta decisão nada acrescenta à defesa dos consumidores, sendo certamente apenas justificável no contexto de preocupação da opinião pública decorrente dos factos recentes que puseram em causa a segurança e a qualidade alimentares nalguns países europeus».



Albufeira

Autarquia investe na educação

A Câmara Municipal de Albufeira deliberou abrir concurso para a empreitada de construção da cantina da escola primária de Ferreiras.



A obra tem um preço-base que ronda os 20 mil contos.

Ainda na área dos equipamentos escolares, foi aberto concurso para ampliação da Escola dos Brejos.

A obra, com um preço-base de cerca de 16 mil contos, consiste na construção de uma sala polivalente e inclui arranjos exteriores.

Cascais

Mais demolições de barracas

A Câmara Municipal de Cascais está a preparar para o final deste mês mais um conjunto de demolições de barracas não inscritas no PER - Programa Especial de Realojamento, situadas na zona de Rana.



Segundo as regras estabelecidas no PER de Cascais, só têm direito a realojamento as pessoas a viver em barracas recenseadas até 1993, sendo excluídas as chegadas ao concelho após esta data.

Recorde-se que o PER de Cascais já deu novas condições de vida a cerca de 363 famílias residentes no concelho, sendo igualmente responsável pelas demolições de mais de duas centenas de barracas.

Faro

Apoio a grupo folclórico

O município de Faro vai atribuir um subsídio

de mil contos ao Grupo Folclórico de Faro como apoio à aquisição de uma carrinha. Este apoio tem em conta os contributos que o Grupo Folclórico tem dado na divulgação da música tradicional do Algarve, bem como à cultura e animação da cidade e do concelho.



Matosinhos

Criada empresa municipal de habitação

A Câmara de Matosinhos tem sido desde há vários anos uma das autarquias que mais tem apostado na construção de habitação social.



Por isso, prevê-se a muito curto prazo que todos os cidadãos de Matosinhos tenham uma habitação condigna.

Na área da habitação, o esforço de construção de fogos sociais é digno de realce.

Neste contexto, a Câmara de Matosinhos, presidida por Narciso Miranda, um dos autarcas-modelo do PS, aprovou recentemente a criação de uma empresa municipal de habitação destinada a tornar mais flexível e autónoma a gestão dos cerca de 2 200 fogos sociais do concelho.

A «Matosinhos Habitação» será «uma estrutura operativa autónoma, que configura um modelo de gestão mais ágil e flexível, capaz de dar resposta aos desafios resultantes da maior dimensão do parque habitacional». Segundo a autarquia, a empresa «permitirá determinar com maior transparência os custos da habitação social da autarquia e responsabilizar quem a implementa».

Realojamento de 3500 famílias carenciadas

O parque habitacional de Matosinhos é

constituído actualmente por cerca de 2 200 fogos, estando prevista a construção de aproximadamente mais 3 500, destinados ao realojamento de famílias menos favorecidas do concelho.

A «Matosinhos Habitação» é constituída por participações da câmara, das cooperativas de habitação económica do concelho, Associação para o Desenvolvimento de Matosinhos (ADEIMA) e Miseriecórdia.

Montemor-o-Velho

III Torneio de Futebol de Cinco Juvenil

Integrado no seu plano de actividades e pelo terceiro ano consecutivo, a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho organizou recentemente o III Torneio de Futebol de Cinco Juvenil Interclubes, que contou com a participação de 400 jovens, com idades compreendidas entre os 8 e os 16 anos.

Penha de França

Boletim informativo

Saiu mais um número do órgão de informação da Junta de Freguesia da Penha de França. De excelente aspecto gráfico, na edição número 14 desta publicação dirigida por João Jofre da Fonseca Costa, o destaque vai para a brilhante prestação da Marcha da Penha de França nas últimas marchas do milénio.



Neste boletim informativo, um dos melhores no panorama autárquico, pode ainda ler-se uma completa informação sobre as inúmeras iniciativas promovidas pela Junta de Freguesia da Penha de França em diversas áreas.

Porto

Obras da Casa do Infante

O presidente da Câmara do Porto, Fernando Gomes, prometeu no dia 9 de Julho que «as obras de ampliação e remodelação do edifício do Arquivo Histórico - Casa do Infante estarão prontas em Março de 2001, a tempo do Porto Capital Europeia da Cultura». Fernando Gomes, que falava durante uma

visita de avaliação do curso das obras naquele edifício, que tem neste momento um atraso de seis meses, devido a vários problemas de contencioso ligados a aquisição de parcelas adjacentes, entretanto já ultrapassados, disse que «o atraso será recuperado durante a construção».



As obras em curso têm como objectivo melhorar as condições de funcionamento dos serviços actuais e proporcionar a sua maior abertura ao público, integrando no edifício um circuito museológico.

A Casa do Infante é constituída por um complexo de edifícios que se foram construindo e articulando entre si ao longo dos séculos para albergar os serviços da Coroa na cidade do Porto, nomeadamente a Alfândega, a Casa da Moeda e a Contadoria da Fazenda.

A construção do edifício foi iniciada pelo rei D Afonso IV, em 1325, tendo o edifício sido palco de importantes acontecimentos na história da cidade, nomeadamente o nascimento do Infante D. Henrique, a 4 de Março de 1395, nas casas-torre do que era então a Alfândega.

Apesar das várias reformas efectuadas ao longo dos séculos, permanece hoje intacta grande parte da estrutura da Alfândega medieval, a primeira função do edifício.

Estão também conservados trechos importantes da Casa da Moeda, fundada por D. Fernando, assim como da Contadoria da Fazenda e da vizinha Bolsa de Comerciantes.

Durante as obras em curso, escavações arqueológicas puseram a descoberto mais de 500 mil fragmentos de cerâmica de várias épocas e revelaram que no local existiu já uma casa romana, que ocupava parte do terreno agora ocupado pela Casa do Infante.

No circuito museológico ficarão patentes as várias utilizações dadas ao edifício e ao local, desde os tempos da ocupação romana.

As obras em curso na Casa do Infante correspondem a um investimento superior a um milhão de contos (cerca de cinco milhões de euros), a que deve somar-se o equipamento, no valor de 600 mil contos (três milhões de euros).

A estes montantes, deve aumentar-se ainda o custo da aquisição de dois prédios anexos (160 mil contos, cerca de 800 mil euros), num dos quais (na esquina da Avenida Infante D. Henrique) ficara situado o Posto de Turismo que centralizara o atendimento durante o 2001 - Porto, Capital da Cultura.

CONSTRUIR A DEMOCRACIA PARITÁRIA

O Departamento Nacional de Mulheres Socialistas, presidido pela camarada Maria do Carmo Romão, organizou nos dias 26 e 27 de Junho, no Hotel Altis, em Lisboa, o Congresso «Século XXI/Século das Mulheres» com três objectivos: contribuir para o aprofundamento da democracia e para a promoção dos direitos humanos; consolidar a participação das mulheres no desenvolvimento humano; e definir e propor ao poder político estratégias para a democracia paritária. Um vasto leque de personalidades não vinculadas ao PS esteve presente no Congresso, tendo da riqueza e diversidade dos contributos emergido uma linha comum de pensamento direccionada para a criação de condições conducentes a uma Democracia Paritária.

Associada a esta questão, foi afirmado que as metas quantitativas/quotas não representavam uma solução aceitável, embora sejam admitidas por alguns/as como necessidade transitória. No cômputo geral, esta é a conclusão global do Congresso.

No entanto, das várias reflexões que urgiram resultaram algumas propostas que devem ser consideradas como estratégias intermédias para chegar à Democracia Paritária.

Assim, a nível da organização política, entre outras, foi proposta a criação de um Obser-



vatório para a Igualdade entre Mulheres e Homens junto da AP; a continuação da existência da Comissão Parlamentar para a Paridade; a criação de um Ministério para a Paridade e os Direitos das Mulheres, de forma a ser garantido um lugar no Conselho de Ministros; cumprimento de uma meta mínima de 33 por cento de mulheres como limiar da participação a curto prazo nas listas eleitorais, para todos os cargos electivos; aumento da percentagem de 33 para 40 por cento já nas próximas eleições autárquicas.

A nível dos Direitos Humanos, o Congresso propôs a apresentação de uma proposta de lei sobre a participação das mulheres em lu-

gares elegíveis nas listas eleitorais e, no âmbito internacional, a ratificação do Tratado do Tribunal Penal Internacional, a ratificação do protocolo opcional à Convenção Internacional para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres. Para combater a violência, foi defendida a urgência de estudos aprofundados sobre as causas da violência sobre as mulheres e do reforço das medidas conducentes ao seu combate, nomeadamente na formação dos agentes de autoridade.

Foi ainda recomendada a adopção de um papel activo por parte de Portugal na próxima reunião da ONU destinada à avaliação do

cumprimento da Plataforma de Pequim, co-incidente com o período em que Portugal detém a Presidência da União Europeia.

Igualdade de oportunidades

Relativamente à igualdade de oportunidades, as congressistas defenderam a formulação e execução de uma política de formação para os Direitos humanos e para a Igualdade, através da revisão dos conteúdos programáticos e práticas escolares e na formação de professores; a promoção de um Plano de Formação contínua de professores/formadores para a cidadania, a ética e a política e a conciliação da vida privada e a vida pública para mulheres e homens.

Ainda no âmbito da igualdade de oportunidades, foram aprovadas propostas no sentido do estabelecimento de horários flexíveis que possibilitem tempos de convivência familiar e de lazer, a criação de incentivos fiscais ou outros às empresas que possibilitem educação e formação às mulheres.

A promoção e diversificação de incentivos específicos à criação de emprego ou de empresas para mulheres e a criação de apoios às mulheres em zonas rurais mais carenciadas, numa lógica de combate à desertificação foram outras propostas aprovadas.

OS ÚLTIMOS DIAS DE JARDIM

A era do medo está a acabar. O défice democrático tem os dias contados. Um intruso da democracia chamado Jardim prepara-se para ceder a presidência do Governo Regional da Madeira a um democrata e socialista chamado Mota Torres.

A megafesta do PS/Madeira do passado dia 11 é a prova evidente de que Jardim tem os dias contados e de que a mudança é possível.

Na festa popular do PS/Madeira, a dirigente nacional Edite Estrela manifestou-se «surpresa e muito feliz» com a presença de largas dezenas de milhar de pessoas na festa popular do PS/Madeira, que decorreu na área serrana da Fonte do Bispo.

Numa intervenção que nunca perdeu de vista as próximas legislativas, Edite Estrela sublinhou: «Estou mais satisfeita do que nunca, pois vejo tanta e tanta gente como há muita não via numa festa popular do PS. Esta é a força do Partido Socialista».

Défice democrático e medo

A camarada Edite Estrela foi contundente com a principal força política da Região, o PSD. Ainda hoje, revelou, uma pessoa se lhe dirigiu afirmando que, apesar da admiração que sentia por ela, «tinha medo» de a cumprimentar, por receio de represálias,

«visto trabalhar no Governo Regional».

Por isso, endossou «solidariedade e apoio ao primeiro-ministro António Guterres, que tem mandado para a Região muitas verbas do Orçamento de Estado, para que muitas obras possam ser uma realidade, como as redes viárias ou o aeroporto».

É evidente que «ainda não está tudo feito, mas todos sabemos que Portugal está muito melhor do que há quatro anos», disse a dirigente socialista, que apresentou vários exemplos, como o do número de famílias com acesso a casa própria ou a criação de 100 mil novos postos de trabalho.

Num estilo mais agressivo mas igualmente empolgado, o camarada Mota Torres, o democrata que tanto irrita Jardim e seus acólitos, releveu o «enorme sucesso que é esta festa popular que marca os 25 anos do PS/Madeira», que se fica a dever ao «empenhamento» dos militantes e simpatizantes socialistas na «vontade de mudar». «Somos mais de 20 mil pessoas, mas o PSD/M não queria que estívéssemos aqui, tendo para isso até retirado toda a nossa publicidade da festa, através da Secretaria Regional do Equipamento Social. Tinha medo», disse.

Jardim intruso da democracia

As críticas a Alberto João Jardim foram

muitas: «É um forasteiro e um intruso da Democracia» ou «exerce um poder absoluto há 23 anos».

Daí, a interrogação nascida da anterior observação de Edite Estrela: «Final, onde é que estamos, estamos em liberdade, estamos em Portugal ou estamos numa qualquer ditadura de um qualquer país sul-americano?». Finalmente, Mota Torres também recordou os «quatro anos de ouro da vida regional»

survidos devido à «solidariedade» do Governo da República e garantiu que Edite Estrela vai ser portadora de um convite a António Guterres para uma visita à Região. Num ambiente tórrido e extremamente festivo, a direcção socialista conseguiu fazer uma festa popular que ultrapassou largamente a festa popular do PSD/Madeira.

Os GNR e Quim Barreiros abrilhantaram esta megafesta.

PENHA DE FRANÇA

Morreu Carlos Tecelão

A Secção da Penha de França do PS está de luto. O camarada Carlos Tecelão, 48 anos, faleceu no passado dia 4. Destacado militante desta estrutura, pertencia ao Secretariado desde há vários anos. Na Secção o camarada Carlos Tecelão era um militante de eleição, sempre empenhado nos grandes combates políticos e na defesa dos ideais da liberdade, igualdade e fraternidade que nortearam a sua acção política.

O camarada Carlos Tecelão pertencia ainda ao Executivo da Junta de Freguesia da Penha de França, onde realizou um notável trabalho em prol da população local.

Carlos Tecelão era um militante exemplar e um homem bom que deixa uma profunda saudade em todos os que tiveram o privilégio de o conhecer. À família enlutada e à Secção da Penha de França, o «Acção Socialista» apresenta as mais sentidas condolências.



MEPAT

Vital Moreira

O RASGO POLÍTICO DO MINISTRO AZARADO



Há quatro anos, se havia ministros em relação aos quais só se podiam augurar êxitos, entre eles contava-se seguramente João Cravinho. Ninguém lhe negava competência e experiência, mais uma apurada sensibilidade política. A pasta que lhe coubera não poderia ser mais apropriada. O ministro certo no ministério certo. Depois foi o que se viu. Quase tudo lhe correu mal. Os projectos novos demoraram a arrancar. Os que vinham de trás tardaram a ser executados. No campo rodoviário, a auto-estrada para o Algarve ficou atascada por razões ambientais. A ligação à Espanha pelo Alto Alentejo atrasou-se misteriosamente. A auto-estrada do Oeste sofreu a contestação dos adversários das portagens. A duplicação do IP5 não passou dos projectos tardios. No campo ferroviário, a renovação da linha do Norte revelou-se um insondável "buraco" técnico e financeiro. A ligação entre Lisboa e a margem sul do Tejo atrasou-se vários meses. No plano portuário, o novo regime dos portos viu-se "chumbado" na Assembleia da República. A somar a isso tudo, a "bronca" da Junta Autónoma de Estradas tornou-se uma infundável dor de cabeça. E o caso TAP transformou-se numa tragicomédia nacional. Para agravar as coisas, a

regionalização, um estratégico projecto político da legislatura, viu-se ingloriamente sacrificado pela inépcia da condução política e pelo alheamento ministerial. Como se nada disto bastasse, o acarinhado e nada escondido projecto pessoal de vir a integrar a Comissão Europeia viu-se desfeito pela preferência de outro candidato. Dir-se-ia que num governo em que tudo pareceu correr bem a toda a gente, somente Cravinho, o sobredotado superministro do Ordenamento e do Equipamento, viu a sua estrela empalidecer de forma inesperada e mesmo surpreendente. Os bonecos do Contra-Informação dificilmente poderiam ser mais devastadores para esta vítima da conjunção dos azares da política. Por isso, poucos esperavam que no caso do aeroporto de Lisboa Cravinho levasse por diante o seu propósito de decisão antes do final da legislatura. Primeiro, o "dossier" era por demais polémico. Os interesses a favor da conservação do "statu quo", liderados pelo presidente da Câmara Municipal de Lisboa e pelos "lobbies" político e económico nortenhos, eram muito poderosos. O desencontro de opiniões sobre a localização alternativa do novo aeroporto, entre a Ota e Rio Frio, não poderia ser maior. Tudo parecia apontar para um adiamento,

apesar da teimosa determinação do ministro. De resto, adiar as "batatas quentes" tornou-se a especialidade do Governo, especialmente desde há um ano. Mas, pelos vistos, Cravinho não esteve pelos ajustes da não-agenda governamental. Forçou o cumprimento dos calendários e levou a sua avante. Contra ventos e marés, ignorando pressões e poderes fácticos, desprezando oposições e contrariedades, ele persistiu em encerrar esse "dossier". E não hesitou em fazer a opção mais correcta, apesar de ser a que mais lesava os interesses instalados a norte e a sul. A escolha da Ota, combinada com o revolucionário projecto do comboio de alta velocidade (TGV) Lisboa-Porto-Madrid, articulado com o novo aeroporto, tirou um coelho de dentro da cartola, e deixou desarmados os adversários e estupefactos os que julgavam o ministro politicamente morto, à espera de um discreto enterro pós-eleitoral. Não será exagerado dizer que esta determinação valeu a legislatura. Se aquilo que de mais criativo e meritório ele fizera até agora - como a revisão do plano rodoviário, o conceito de concessão com portagem virtual (SCUT), o novo regime das empreitadas de obras públicas, entre outras medidas - tinha sido desvalorizado sob o peso dos insucessos acima referi-

dos, a estratégica decisão sobre o novo aeroporto de Lisboa há-de figurar a justo título como a opção de mais longo alcance de todo este governo. Só é pena que, por razões de tática política, a opção pela Ota não tenha surgido pelas suas vantagens próprias, mas somente como resultado da exclusão de Rio Frio, por razões ambientais. Na verdade, tratava-se de alternativas radicalmente diversas não somente (nem sobretudo) quanto ao seu impacto ambiental, mas principalmente sob o ponto de vista da coesão económica e do ordenamento territorial do país. O Rio Frio significava a divisão do país em duas partes, a bipolarização entre Lisboa e o Porto, a desarticulação do Centro, a constituição de duas conexões separadas com a Espanha, um eixo Lisboa-Madrid, a sul, e um eixo Porto-Galiza, a norte, susceptíveis de contribuir para a definitiva desagregação da unidade económica e territorial nacional. Por tudo isto, o rasgo político de João Cravinho só merece respeito e homenagem. Os que lhe admiravam desde há muito as qualidades políticas e deploravam o seu inesperado insucesso governamental só têm de se regozijar. Conto-me entre eles. Afinal temos homem e temos governante. "Chapeau!"
/n «Público»

FASCISMO

António Brotas

AS FRAUDES ELEITORAIS



A generalidade da população portuguesa não sabe como foi feita a fraude eleitoral em Portugal nas eleições legislativas de 1957. Em Lisboa foi do seguinte modo: na véspera das eleições os presidentes das mesas eleitorais foram convocados ao Governo Civil onde receberam a indicação, com a margem de erro de um por cento, de qual deveria ser o resultado no dia seguinte na respectiva mesa. Assim, o presidente de uma mesa de São Sebastião da Pedreira recebeu a indicação de que na sua mesa o resultado deveria ser 56 a 57 por cento em favor da União Nacional. No dia seguinte, a eleição começou numa aparente normalidade tendo a urna sido virada para mostrar que não tinha nada dentro. Os eleitores foram chegando ordenadamente quase todos com o boletim de voto na União Nacional - única lista concorrente - ainda metido no envelope em que lhe tinha chegado a casa. Estes envelopes, que tinham um número no exterior para facilitar a procura nos cadernos eleitorais, funcionavam, quase sempre, como únicas peças de identificação. Os eleitores entregavam o envelope ou o voto dobrado a um elemento da mesa, que dizia o nome ou o número em voz alta e entregava o voto ao presidente da mesa, que o

metia na urna, enquanto outros dois elementos da mesa descarregavam o nome em dois cadernos eleitorais. Durante um período inicial, um eleitor que estava muito próximo da mesa só notou duas «pequenas» irregularidades, a de ter votado um jovem de 16 anos e de uma mulher que votou por um eleitor com a profissão de furriel. Tendo protestado, o presidente foi mais comedido por um período e não autorizou, por exemplo, uma senhora muito preocupada a votar em nome da irmã. Havia, na altura, eleitores, sobretudo funcionários públicos, que tinham um imenso medo de ficar assinalados como não votantes. Em certa altura, chegou um indivíduo com um maço de envelopes e o presidente começou a deitar os votos na urna e a mandar descarregar os nomes nos cadernos eleitorais. Tendo o eleitor, que a seguir foi expulso, protestado, o presidente disse que tratava dos «votos dos guardas que estavam de piquete». Face ao que se seguiu, esta deve, no entanto, ser considerada uma «pequena» irregularidade. Ao fim da tarde, quando não havia quase ninguém na sala, o presidente mandou proceder à operação que designou por «compôr os cadernos eleitorais». Multiplicando por 0,57 o número de eleitores de

cada página, foi determinado o número de eleitores que «deviam» votar por página. Em seguida, sem que fossem deitados nas urnas quaisquer votos adicionais, foram descarregados nas páginas dos dois cadernos os eleitores necessários para ficarem convenientemente compostos. No final, a Mesa enviou para o Governo Civil um boletim com a indicação: «Porcentagem de eleitores 57 por cento». Mas fez mais. Contou os votos efectivamente entrados na urna, que incluíam os dos «guardas de piquete» e no caso em questão correspondiam a 28 por cento do eleitorado com 50 votos inutilizados, e enviou para o Governo Civil um outro boletim confidencial a dizer: «Porcentagem real de eleitores: 30 por cento». É natural que, enquanto subia no interior do aparelho salazarista, esta informação sobre a «porcentagem real» fosse melhorando um bocadinho. Estas últimas informações foram-me dadas pelo Luís Pacheco, na altura funcionário público que, sendo convidado para fazer parte de uma mesa, foi falar com António Sérgio que o aconselhou vivamente a aceitar para ver como as coisas se passavam. Três semanas depois, um semanário de esquerda francês publicou um artigo em que analisou as eleições em Portugal com

base nos «resultados» pré-determinados pelos salazaristas, que aceitou como verdadeiros. Como, na altura, nos países do Leste eram correntes as eleições com 99 por cento de votantes, as eleições em Portugal passaram como correctas. Havia, na altura, muito medo em Portugal, mas não havia milícias aos tiros e armadas de catanas. A situação era incomparavelmente menos violenta e grave do que hoje em Timor. Sobre tudo, sabíamos que, eventualmente, com algumas dificuldades ou sofrimentos a mais, tudo continuaria mais ou menos na mesma e não iríamos decidir num só dia o destino das nossas vidas e do nosso país. Passou quase despercebida no exterior a fraude total das eleições de 1957 em Portugal, num país de fronteiras abertas a jornalistas e turistas. E mesmo entre os portugueses quase não houve conhecimento do que se passou. O que sucederá em Agosto em Timor? Há garantias mínimas de haver honestidade no referendo? Que podem fazer os observadores da ONU que nem a língua falam? Porque não há observadores de países de língua portuguesa ou mesmo espanhola? Temos a obrigação de estar muitíssimo atentos ao assunto e de procurar fazer tudo quanto nos seja ainda possível.

UMA CULTURA DE RESPONSABILIDADE NUMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA, LIVRE E HUMANISTA SOBRE AS POLÍTICAS DE UM GOVERNO DO PS

1. Nota Introdutória

Em finais de século e de milénio, com o desenvolvimento acelerado da sociedade da informação e do conhecimento e com o aprofundamento de fenómenos como a globalização, num mundo que perdeu a sua estrutura bipolar, estamos obrigados, necessariamente, à busca de novas soluções políticas que, partindo do ideário progressista e generoso da esquerda democrática, se adaptem ao mundo de hoje numa perspectiva moderna e atualizada.

Numa altura em que o PS cumpre o seu primeiro governo de legislatura, em minoria parlamentar, e se prepara para pedir aos portugueses um reforço de confiança nas suas políticas, impõe-se que o partido e os seus militantes, em diálogo aberto com os cidadãos, assumam a necessária renovação do seu programa de governo.

Sendo certo que o PS e o seu governo trouxeram a Portugal e aos portugueses uma nova prática, cultura e programa políticos ao longo destes últimos quatro anos, com resultados positivos em domínios como os da política social, económica e financeira, ambiental, segurança, ciência e negócios estrangeiros, nomeadamente, também é verdade que em outras áreas da governação muito há ainda a fazer.

Neste contexto, importa que, com um claro e determinado impulso reformista, se promovam as necessárias reformas em áreas como a saúde, a justiça, os transportes, equipamentos e infra-estruturas sociais, sem esquecer a área fiscal, dando continuidade aos primeiros passos desenvolvidos na administração pública e educação.

É com o desprendimento próprio de quem observa e vive a política com interesse e generosidade, que pretendemos contribuir para uma vitória do PS e de António Guterres, defendendo convictamente um conjunto de orientações políticas que contribuam para o bem estar e desenvolvimento de Portugal e dos portugueses.

2. Preservar o Estado-Providência, reformando-o

Defender hoje o Estado-Providência (EP) significa promover a sua necessária reforma, no sentido de o tornar sustentável e orientado para os mais carenciados.

Com efeito, o EP actual tende a constituir-se como um estado duplamente egoísta, na medida em que, por um lado, protege principalmente aqueles que para ele podem contribuir e, por outro, não assenta num pacto geracional que garanta aos vindouros os benefícios da sua necessária sustentabilidade.

Neste contexto, afigura-se-nos imperioso orientar as políticas governativas nos seguintes domínios fundamentais:

- Maior selectividade nos apoios sociais, priorizando os mais necessitados.
- Apostar num serviço público de saúde com qualidade, assente num modelo mais eficiente e racional, que permita conciliar

as várias formas de gestão pública e privada das instituições prestadoras de cuidados de saúde, separando as águas, sem prejuízo do reforço dos mecanismos de controlo das despesas, travando o seu crescimento em espiral.

- Combate sem tréguas à sociedade dualista, em que uma pequena parte da população gera rendimentos e riqueza que lhe permite não só sustentar a próxima geração como investir na sua formação, enquanto que uma outra parte, progressivamente maioritária, pouco mais consegue do que garantir a sua própria sobrevivência. Esta situação, ao mesmo tempo que constitui uma das principais ameaças à coesão social das democracias, perpetua e agrava as desigualdades sociais. Importa, deste modo, investir fortemente na educação e formação dos mais desfavorecidos, corrigindo em seu favor os mecanismos de criação de igualdade de oportunidades na sua preparação para a vida profissional.

3. O papel do Estado

A complexidade e exigência actuais da vida de cada cidadão, tanto do ponto de vista profissional como pessoal, obrigam a repensar o papel do estado, enquanto elemento fundamental do desenvolvimento e bem estar.

Um Estado moderno deve constituir um aparelho descentralizado e desconcentrado, permitindo que o processo de decisão se realize próximo dos cidadãos, e deve estruturar-se com base em credíveis preocupações, nomeadamente:

- Servir o cidadão, assumindo-se como o seu servo e não como o seu amo, devendo abandonar-se uma visão paternalista do papel do Estado, libertando a sociedade civil das amarras da sua burocracia paralisante.
- Assumir-se mais como um regulador do que como um produtor, transferindo para os agentes económicos as funções de produção e de criação de riqueza, agindo como um facilitador das relações humanas e empresariais, estimulando a livre iniciativa e a autoconfiança dos cidadãos.
- Preocupar-se mais com as pessoas do que com os sistemas, cabendo-lhe estruturar e orientar os serviços e organizações de saúde, educação, justiça e da administração pública em benefício dos seus reais destinatários – os cidadãos –, rompendo, quando necessário, com os interesses instalados e por vezes perversos de algumas corporações.

4. Políticas de educação e formação

No mundo actual, as políticas de educação e formação constituem uma das ferramentas fundamentais na correção das desigualdades de oportunidades. Neste contexto, um governo moderno de esquerda deverá combater a visão esclerosada da escola como mero centro retransmissor de conhecimentos.

O desafio que se coloca à sociedade mo-

terna é o de que a escola se assuma como espaço de criatividade, como centro da mudança, educando os homens nos valores da cidadania, da tolerância, da liberdade, da ternura e da afectividade, preparando-os para as questões práticas da vida, em estreita ligação com o meio local e familiar onde se inserem.

Urge, assim, reformar a escola no sentido de proporcionar uma formação consistente aos cidadãos da sociedade da informação e do conhecimento - a sociedade pós-capitalista - onde o conhecimento se assume como o principal factor de produção.

5. Políticas económicas e sociais

Um Governo do PS deve reforçar as prioridades:

- No desenvolvimento de uma sociedade que premeie o mérito, a iniciativa e a responsabilidade individuais.
- Na adopção de uma política de solidariedade social que, priorizando os mais carenciados, os responsabilize socialmente, promovendo a sua integração activa na sociedade do trabalho, evitando dependências cristalizadoras e viciantes face à comunidade e ao Estado. A este, por sua vez, não cabe o papel de patrão da solidariedade, mas antes o de coordenador dos apoios às diferentes instituições que possam prestar solidariedade social da forma mais eficaz e eficiente possível.
- Na redução do nível de impostos sobre os rendimentos do trabalho, o que deverá ser compensado pelo agravamento progressivo dos impostos sobre o consumo, penalizando as trocas comerciais mais supérfluas.
- Na promoção da influência directa dos cidadãos na elaboração do orçamento de estado, permitindo que cada contribuinte determine a que fim público deve ser afectada uma percentagem do seu IRS.
- No desenvolvimento de políticas activas que incrementem a responsabilidade social das empresas e dos empresários, reduzindo impostos às empresas que apoiem actividades de carácter social e comunitário, que respeitem o ambiente e que mantenham níveis de empregabilidade sustentáveis.
- Na adopção de políticas de apoio à família, visando o seu reforço enquanto célula fundamental de organização da sociedade moderna, favorecendo a responsabilidade da maternidade e da paternidade, a educação dos filhos e o apoio aos mais idosos em condições de dignidade. Neste particular, afigura-se-nos fundamental incentivar a criação de postos de trabalho a tempo parcial, prioritariamente destinados às mães trabalhadoras e às mulheres em idade fértil que pretendam a redução do seu período de trabalho.

6. Política externa

Neste domínio importa, sobretudo, dar

continuidade à política seguida nos últimos quatro anos, sendo de destacar:

- A aposta decidida na União Europeia e na moeda única, aprofundando e melhorando a nossa integração no espaço de desenvolvimento económico e, sobretudo, político europeu.
- O apoio ao alargamento da União Europeia aos Países de Leste, visando a criação de uma Europa mais solidária, que se desenvolva num quadro de paz e estabilidade fundamentais ao seu equilíbrio e desenvolvimento.
- A defesa da Europa solidária, em que os seus membros tenham um igual estatuto, sem prejuízo das dimensões e das riquezas particulares de cada Estado.
- O incremento das políticas de cooperação com os Países lusófonos, fazendo do espaço da lusofonia e do atlantismo um eixo fundamental da afirmação de Portugal, da sua língua e dos seus valores universalistas no mundo. Neste particular, importa aprofundar a parceria estratégica com o Brasil, num quadro em que este se possa assumir como um parceiro internacional com plena afirmação, em termos políticos, económicos e diplomáticos.
- O reforço da ajuda humanitária ao exterior, nomeadamente aos países africanos de expressão portuguesa, canalizada prioritariamente através de organizações não governamentais, mediante o pagamento, por cada cidadão, de, por exemplo, 0,5% do seu rendimento anual bruto, por opção voluntária manifestada na declaração de IRS.

7. Uma nova cultura política

O PS e o seu Governo deverão promover de forma determinada, a participação activa dos cidadãos na vida política. Neste sentido, importa fazer a pedagogia e desenvolver a prática de uma nova cultura política, com substanciada, nomeadamente:

- No exercício da actividade política como uma causa nobre, desenvolvida com dedicação, ao serviço do país e das pessoas.
- Na defesa dos valores da responsabilidade, lealdade e da amizade fraternas, como forma de mobilização de pessoas e vontades ao serviço do país.
- Na reforma do sistema político, designadamente pela alteração da legislação eleitoral, permitindo a efectiva responsabilização dos eleitos em face dos eleitores.
- No assumir com coragem as causas difíceis e reformadoras, mesmo que, conjuntamente, a sua defesa possa não ser popular.

***António Ribeiro, Carlos Soares, Rui Néilson Diniz, Álvaro Beleza, João Diniz, João Paulo Correia Rodrigues, João Paulo Gaspar Rodrigues, Luís Filipe Figueiredo, Pedro Oliveira Cardo.**

ECONOMIA

Iglésias Costal

FISCALIDADE E ÉTICA



Uma das preocupações dos portugueses é também a fiscalidade. Pagar o quê, para quê, quando, a quem. Alguma reflexão.

A área fiscal é sem dúvida um sector bastante importante para que todos possamos dar um contributo opinativo, pelo menos. Quando o cidadão paga os seus impostos e contribuições, deve quem os recebe, ter escrupulos onde aplica essa fonte de receitas. Num Estado de bem, eles servem para conseguir infra-estruturas (hospitais, escolas, estradas, etc.) que irão beneficiar toda a população. No entanto, pode-se reflectir se nas despesas do Estado tudo o que é aprovado é essencial para o país. Será que as despesas são mesmo necessárias e essenciais? Senão vejamos, se não o forem, qual a razão dos outros cidadãos que não beneficiam dessas despesas também não serem contemplados? Quando se gasta no fútil está-se implicitamente a prejudicar o cidadão que paga, muitas das vezes com grandes dificuldades, os seus impostos.

Um pequeno exemplo, entre muitos outros, das deslocações ao estrangeiro, como se pagam essas viagens, as estadas nos hotéis e todo o resto? Se o cidadão é obrigado a pagar deve ter conhecimento como se fazem as despesas e o porquê da necessidade. Se é um escândalo e crime não pagar os impostos devidos, também o deve ser para darmos despesas não necessárias ou sumptuárias, caso se verifiquem.

As populações não reconhecem legitimidade a qualquer governo para gastar o seu dinheiro de qualquer maneira. Isto de resto deve-se passar nas empresas tuteladas pelo Estado.

Os exemplos dos países latinos neste aspecto é vergonhoso comparativamente com os exemplos dos países nórdicos. Com que direito uma empresa, mesmo privada, pode gastar em futilidades em vez de reinvestir? Quando paga miseráveis vencimentos aos seus trabalhadores? Muitas das vezes também fugindo ao fisco. Isto é um absurdo, é uma mentalidade de gestão, negativa. O Sol quando nasce é para todos. Será que é?

Todos falam em pobreza, em exclusão, mas quando se toca nos nossos interesses olha-se para o lado. Começemos por nós, coloquemos a mão na consciência. A pobreza teima em alastrar e uns poucos a enriquecer. Ora os impostos devem traduzir, também, uma forma de redistribuição, um saco azul para as diferenças sociais, ou seja, uma «almofada social». O que se observa é que os que mais possuem continuam a possuir mais e os outros cada vez menos. Tem que haver uma solução. Adequada e urgente. Nos aspectos comparativos com outros países e como se vive neles pode ver-se que por exemplo na Grécia, economia semelhante com a portuguesa, as receitas fiscais totais em percentagem do PIB evoluíram de 36.5 por cento para 41.4 por cento de 1993 a 1998. Em Portugal no mesmo

período de 34.6 por cento para 33.8 por cento. Se juntarmos a esta regressão a fuga aos impostos que segundo especialistas anda na ordem dos mil milhões de contos anuais, mais os biliões que não se cobram, temos um panorama complicado. Resolvendo-se muito dos problemas com mais umas privatizações.

Curiosamente, na Grécia, além do aumento da tributação em percentagem do PIB a redistribuição é feita de uma forma correcta. Por isso também a vida dos gregos é mais qualitativa que a dos portugueses. Ou seja, quem se vê grego são os portugueses que pagam mais impostos para os muitos que não pagam. Se verificarmos quem paga mais impostos totais em percentagem do PIB na OCDE temos os dinamarqueses com 51.3 por cento, os suecos 49.7 por cento, os finlandeses 46.5 por cento, comparativamente os portugueses com 33.8 por cento. Se juntarmos a isto, nos três primeiros países nórdicos uma boa redistribuição da riqueza, temos de certeza uma ótima qualidade de vida. É também nestes países que se verifica menos criminalidade e corrupção, ou seja, a atitude ética impera como pedra de toque para que uma sociedade viva com dignidade.

Efectivamente, temos que ter presente que o Estado necessita destas receitas para sobreviver, dado que a iniciativa privada não tem vocação para projectos no âmbito estratégico nem solidário. No entanto, há despesas que entendo que não são necessá-

rias no seu volume, por exemplo na Defesa Nacional, entre outras áreas. A despesa do Estado na Defesa Nacional cifra-se segundo o orçamento em 320 milhões de contos. Na Costa Rica não há Forças Armadas e já agora como informação complementar não há partidos verdes. Têm forças policiais que garantem o Estado de Direito. Entendo que a Defesa Nacional deverá ter um corpo profissional altamente especializado e reduzido. Obviamente seriam compatíveis os seus custos.

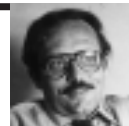
Portugal não corre perigo nas fronteiras, o pior «perigo» que podemos ter está dentro do país (pobreza, exclusão, desemprego, etc.) e este não se combate com armas, combate-se com produção, ética e muita solidariedade efectiva. Além do mais a sofisticação do armamento comporta uma elevada despesa em manutenção.

Quanto à educação gastam-se muitos milhões de contos, mas os resultados são de verdade pequenos comparativamente com outros países. Na saúde o mesmo, e por aí fora. É por isso que os cidadãos se sentem aviltados. Pagam os seus impostos mas no resultado final a sua qualidade de vida é insuficiente. Há sem dúvida má gestão dos dinheiros públicos. A responsabilidade dos impostos perante os portugueses é muito restrita ou quase nula. É aqui que está um dos graves problemas. Entre o pagamento e o retorno em benefícios para todos aqueles que desejam um país com qualidade e solidariedade efectiva.

SOCIALISMO

Alfredo Barroso

A SEGUNDA MORTE DE JEAN JAURÈS



No dia 25 de Novembro de 1912, foi do púlpito da catedral de Basileia que Jean Jaurès falou. Invocando o tema da «Canção dos Sinos», de Schiller - «vivos vovo, mortus plango, fulgura frango» -, o extraordinário orador, patriota, humanista, republicano e socialista, clamou: «Chamo os vivos, para que possam defender-se do monstro que surge no horizonte. Choro os inúmeros mortos que neste momento apodrecem a Leste. Quebrearei os raios da guerra que ameaçam os céus». Também então, a farnalha da Europa - os Balcãs - estava acesa. Rússia e Áustria tinham entrado em conflito e a Liga Balcânica (Sérvia, Bulgária, Grécia e Montenegro) estava em guerra com a Turquia. Era, já, mais uma guerra brutal. Mas não, ainda, a Grande Guerra. Era, sem dúvida, um terrível prenúncio. Léon Trotsky, que estava nessa altura em Belgrado, viu partir para a frente de batalha soldados sérvios enfiados nos seus novos uniformes de caqui, ouviu o ranger das suas botas e escreveria, mais tarde: «Um sentimento trágico da história apoderou-se de mim, uma sensação de

impotência perante o destino, de compaixão por esses gafanhotos humanos».

Jaurès não era um gafanhoto. Era um gigante que se batia pela paz. Era um grande político de esquerda que queria impedir que milhões de seres humanos fossem dizimados como gafanhotos nos campos de batalha. Era um socialista reformista que acreditava nas virtudes da democracia e do sufrágio universal, como método privilegiado de luta dos trabalhadores para alcançarem o poder. Acreditava que cada reforma, uma vez realizada, dava mais força aos trabalhadores para reivindicarem e realizarem outras. Acreditava que a República era «a forma lógica e suprema da democracia» e só podia significar «progresso e liberdade». Mas Jaurès era também patriota e refutava a ideia de Karl Marx segundo a qual os trabalhadores não tinham pátria. Era um patriota. Não um nacionalista. Tinha perfeita noção dos riscos que implicavam a explosão dos nacionalismos, a rivalidade entre as grandes potências e a engrenagem infernal do sistema de alianças que dominava a Europa. Era, por isso mesmo, um adepto avisado

e lúcido de um exército popular e democrático, um exército de cidadãos, assente na sua teoria do dever militar defensivo. Nada disto era, para ele, pura retórica. Apresentou, em 1910, um projecto de lei ao Parlamento e publicou, em 1911, um livro de setecentas páginas, «L'Armée nouvelle», a fundamentar as suas ideias. Por acreditar convictamente na paz, como único caminho compatível com o socialismo democrático, o progresso, a liberdade e a igualdade, chamaram-lhe «traidor», «germanófilo» e «pacifista». Os nacionalistas eram agressivos e queriam a desforra, eram militaristas e queriam a guerra. Jaurès era um humanista que queria fazer «guerra à guerra», era um patriota que queria a paz, baseada na vigilância defensiva da «nação em armas». A sua convicção e a sua eloquência contra a guerra eram tão grandes que ele «tremia, tão intensa era a sua emoção, a sua apreensão, o seu anseio de evitar de qualquer forma o conflito que se aproximava». Trotsky, que obviamente não partilhava das ideais políticas de Jaurès, escreveu sobre ele parágrafos notáveis: «Cada vez que o ouvia, era como

se fosse a primeira vez. Não acumulava as rotinas; no fundo, nunca se repetia; fazia sempre uma nova descoberta de si próprio, mobilizava de novo e sempre as fontes escondidas da sua imaginação. Era dotado de um vigor impressionante, de uma força elementar semelhante à de uma cascata. E possuía também uma grande doçura, que brilhava no seu rosto como o reflexo de uma grande cultura». Foi assassinado com dois tiros disparados por um nacionalista histórico e fanático, quando jantava com amigos no Café Croissant, em Paris, na noite de 31 de Julho de 1914, poucos dias antes de rebentar a Grande Guerra.

Tal como no refrão da belíssima canção que Jacques Brel dedicou à sua memória, em 1977, é preciso continuar a perguntar, sempre: «Pourquoi ont-ils tué Jaurès?» («Porque é que eles mataram Jaurès?»). Para que as gerações mais novas o conheçam e admirem. Para que a tropa fandanga de trabalhistas, sociais-democratas e socialistas pós-modernos que hoje governa a Europa a toque de caixa, ao menos uma vez core de vergonha.

In «Expresso»



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Acordeões em Abrantes

O Quarteto dos Três Irmãos actua, hoje, pelas 21 e 30, na Praça Raimundo Soares. O Auditório da Santa Casa da Misericórdia foi o local escolhido para a apresentação, na terça-feira, dia 20, do Duo Semyonov, um grupo de acordeonistas de Alcobaca.

Férias activas em Albufeira

Começa hoje o programa de animação na Praia dos Salgados, prolongando-se até ao fim de Agosto.

As actividades inseridas neste programa abrangem várias modalidades desportivas como ginástica aeróbica, voleibol de praia, foot-volei, futebol de praia e jogos infantis. A partir de sábado e até ao dia 25, entre as 20 e as 24 horas, realiza-se a Feira do Artesanato.

Neste certame participam 20 artesãos que exibirão os seus trabalhos em artesanato regional: empreita, renda, sapatos de ouro, doçaria, cerâmica, pintura decorativa, ourivesaria e miniaturas em madeira. Paralelamente à feira haverá muita animação musical, onde não faltará o acordeão, o folclore nem a música popular.

Poesia em Cascais

Realiza-se, amanhã, às 21 e 30, no Museu do Mar - Rei D. Carlos, uma sessão de poesia de Camilo Pessanha, pelo actor João D'Ávila, acompanhado por Michel d'Oruobay com música da época.

Recital em Coimbra

O VII Festival Internacional de Música de Coimbra termina, amanhã, com dois espectáculos a não perder.

O primeiro decorrerá no Teatro Paulo Quintela, a partir das 18 horas Trata-se do recital «Master Classe de Piano - 1999». Pelas 21 e 45, o barítono Jorge Chaminé, acompanhado pela pianista Marie-Françoise Bucquet, recriará obras de Mahler, Ravel, Guastavino, Villa-Lobos, Lopes Graça e Xenakis, no Teatro Académico de Gil Vicente.

Já no âmbito do programa municipal de animação para este Verão, o Folk Group Odra (República Checa) e o Grupo de Tradições da Escuela Superior de Música y Danza de Monterrey (México) apresentar-se-ão na quarta-feira, dia 21, pelas 22 horas, na Praça 8 de Maio.

Espectáculo em Fafe

Este sábado, dia 17, às 21 e 30, a Arcada será palco para a actuação do agrupamento musical Subsolo.

Multimédia em Estarreja

O Cine-Clube Avanca realiza a partir da

quarta-feira, dia 21 e até ao dia 25, o III Festival Internacional de Cinema, Televisão Vídeo e Multimédia.

O «Avanca'99» terá uma componente de aprendizagem e uma outra parte dedicada a curtas e longas-metragens inéditas em Portugal, vídeos, documentários de TV, animações e multimédia.

Moda em Guimarães

«Laloran Timor» é o nome do espectáculo de música tradicional timorense que se realiza no sábado, dia 17, pelas 22 horas, na Praça de São Tiago.

Na terça-feira, dia 20, à mesma hora, mas no Largo da Oliveira, não perca o desfile da Cenatex e do Portugal Fashion, num evento intitulado «Moda Guimarães».

Teatro em Lisboa

«É urgente o amor» é a peça que poderá ver até ao dia 24, no Teatro Taborda, de quarta a sábado, às 21 e 30, ou aos domingos pelas 17 horas.

Para os amantes do terror e dos efeitos especiais estreia-se, amanhã, nas salas de cinema lisboetas, a mais recente realização de Stephen Sommers, «A Múmia», com Brendan Fraser e John Hannah. Os coleccionadores têm, no dia 18, paragem obrigatória no Parque das Nações, pois no Pavilhão de Portugal decorrerá uma Feira de Antiguidades e Velharias.

Jazz em Loulé

Os sons do V Festival Internacional de Jazz de Loulé invadem até ao dia 31 a cerca do Convento Espírito Santo.

Este ano ha um sonho tornado realidade. É que, pela primeira vez a nível nacional, duas big bands portuguesas apresentam-se no mesmo palco, uma a seguir a outra, e depois num saudável mas renhido duelo - à boa maneira dos anos 40 - medirão forças.

O «duelo» entre a Orquestra de Jazz de Matosinhos, dirigida por Pedro Guedes e Carlos Azevedo, e a Jazz na Filarmónica de Faro, dirigida por Zé Eduardo, está marcado para o último dia do festival, 31 de Julho.

A quinta edição do festival, organizado pela Casa da Cultura, conta também com a presença do baterista Dave Weckl, aquele que é considerado por Zé Eduardo como o «motor das obras eléctricas de Chick Corea», uma presença indispensável em tudo o que se faça de melhor na fusion music.

Guitarras em Santo Tirso

A sexta edição do Festival Internacional de Guitarra de Santo Tirso, considerado um dos cinco melhores do mundo, inicia-se este sábado, dia 17, com um concerto do escocês David Russel.

O evento, que encerra no dia 30, conta com

a participação de Stelios e Vasilis, Alexis e Fotis e Costas Cotsiolis (todos da Grécia), António Ferreirinho, José Pina e Artur Caldeira (Portugal), Eduardo Isaac (Argentina), Serranito em Quarteto (Espanha) e Trio de Colónia (Holanda).

Paralelamente aos concertos, que se realizam no Auditório Eurico de Melo, o festival contará cm programas pedagógicos e informativos, nomeadamente cursos e conferências.

Recital de piano em Sintra

Algumas das mais célebre composições de Bach, Sessions, Kirchner, Brahms, Blumenfeld e Godowsky serão recriadas pelo talentoso pianista americano Léon Fleischer, na terça-feira dia 20, pelas 21 e 30, na Sala dos Embaixadores do Palácio Nacional de Queluz.

Livros em Viana do Castelo

A XIX Expo/Feira do Livro - III da Lusofonia realiza-se entre 17 de Julho e 1 de Agosto, no jardim público, e contará com a presença do escritor moçambicano José Craveirinha, entre outros autores lusófonos.

No certame, organizado pela Câmara Municipal em colaboração com o Centro Cultural do Alto Minho, será, este ano pela primeira vez, representada a literatura de Timor.

Música em Vieira do Minho

Iggy Pop, The Gift, Moonspell, Ramp, Bizarra Locomotiva e Belle Chase Hotel são alguns dos nomes que vão desfilar por Vieira do Minho, que acolhe, a partir de amanhã, o Festival Ilha do Ermal.

Este é o primeiro Festival Ilha do Ermal e vai realizar-se numa área de acampamento arborizado, a qual terá acesso gratuito a todos quantos adquiram o bilhete para os três dias de concerto.

Além do programa de concertos, o público terá ainda a oportunidade de conhecer as belezas naturais de Vieira do Minho e praticar desportos náuticos.

Jazz
David Murray
Tentet
 20 de Julho, 21h30
 Grande Auditório
 Centro Cultural de Belém
 Lisboa

SUGESTÃO

«T99»

Ao todo serão 15 as bandas de rock nacionais e estrangeiras, entre as quais Metallica, Aerosmith e Garbage, que participam, a partir de amanhã e até ao domingo, dia 18, no Estádio Nacional, em Lisboa, no que é considerado o maior festival de sempre em Portugal: o «T99».

Trata-se da primeira vez que o Estádio Nacional, no Jamor, que sofreu obras de melhoramento no valor de 450 mil contos, é utilizado para espectáculos deste tipo.

Esta infra-estrutura desportiva tem uma lotação de cerca de 40 mil lugares. O palco, com 34 por 20 metros, dois ecrãs gigantes, 160 mil watts de som e 550 mil de luz, fica situado na Praça da Maratona, de frente para a Tribuna Central

Quanto ao alinhamento e horário das actuações aqui fica um programa irresistível:

Amanhã, dia 16: Anger (19 horas), Ramp (20 horas), Rollins Band (21 e 15), Monster Magnet (22 e 30) e Metallica (00 e 15).

Sábado, dia 17: Hands On Approach (19 horas), Guano Apes (20 horas), Ministry (21 e 15), Black Crowes (22 e 30) e Aerosmith (00 e 15).

Domingo, dia 18: Repórter Estrábico (19 horas), Zucchero (20 horas), Swell (21 e 15), Stereophonics (22 e 30) e Garbage (00 e 15).

POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca

Sísifo

Recomeça...
 Se puderes,
 Sem angústia e sem pressa.
 E os passos que deres,
 Nesse caminho duro
 Do futuro,
 Dá-os em liberdade.
 Enquanto não alcances
 Não descanses.
 De nenhum fruto querias só metade.
 E nunca saciado,
 Vai colhendo
 Ilusões sucessivas no pomar.
 Sempre a sonhar
 E vendo
 Acordado,
 O logro da aventura.
 És homem, não te esqueças!
 Só é tua a loucura
 Onde, com lucidez, te reconheças.

Miguel Torga

In «Diário XII»



O DESENVOLVIMENTO GLOBAL

A recente divulgação da subida da posição portuguesa no indicador combinado «índice de desenvolvimento humano», no qual atingimos o 28º lugar no contexto mundial veio a demonstrar o bem fundado de uma política que articula desenvolvimento económico e sustentabilidade ambiental, solidariedade social e equilíbrio financeiro. Por outro lado, o relatório do Tribunal de Contas sobre o funcionamento do sector público da saúde vem evidenciar a necessidade de, com condições políticas diferentes, acelerar a concretização das medidas em boa parte já previstas e já estudadas. Em áreas como a política dos medicamentos e da gestão dos sistemas de saúde há um espaço significativo para uma reformulação eficaz do Serviço Nacional de Saúde e para a continuação de alguma abertura equilibrada aos subsistemas privados e um claro encorajamento aos subsistemas mutualistas, qualquer deles com o seu papel numa sociedade livre, solidária e aberta. O acordo que transformará Sines num dos mais importantes portos da Europa Ocidental acaba de ser firmado com Singapura. O desenvolvimento do Alentejo, através dos eixos Sines-Beja-Andaluzia e Sines-Setúbal

muito terá a beneficiar com a concretização deste projecto. A orientação do PNDES que irá arrancar o Alentejo da sua situação de uma das regiões menos desenvolvidas da Europa vai-se concretizando. O avanço das obras do Alqueva e a previsível consolidação do eixo de desenvolvimento que partindo da zona Palmela/Setúbal, se estende por Vendas Novas, Évora e Estremoz até à Estremadura espanhola, pode ajudar a potenciar todo esse desenvolvimento. Entretanto, no Algarve, criar-se-ão novas condições para o desenvolvimento turístico, com uma maior visibilidade política da própria Região de Turismo, a ser presidida por um jovem empreendedor, dinâmico e competente. Boas notícias para o Sul do País; que poderão ser complementadas por um reforço dos investimentos do Fundo de Coesão na área da Península de Setúbal cujos recursos hídricos, ambientais e paisagísticos interessa preservar para garantir e melhorar a qualidade de vida das pessoas e fomentar o necessário e imprescindível turismo. Como foram boas notícias a concretização do novo projecto de Tróia, contra as reservas estalinocomunistas e alguns sectores de apodrecidos laranjas. O desemprego entretanto continua a baixar

gradual mas sistematicamente; o combate às baixas fraudulentas prossegue assim como a criação de postos de trabalho. As operações de privatização continuam o seu curso, já sem a euforia de há algum tempo atrás, mas ainda com forte adesão do público. Em conjugação com esse processo, a internacionalização das empresas portuguesas vai conhecendo novos sucessos, tanto no Brasil como em Marrocos ou na Hungria. A margem Sul do Mediterrâneo, o Mercosul e os países da próxima adesão à União Europeia confirmam-se assim como zonas de expansão para as empresas, para os serviços e até para os produtos portugueses. Entretanto, o Banco Central Europeu prevê uma retoma económica a partir da segunda metade de 1999, entrando pelo ano 2000. As perspectivas são, portanto, globalmente positivas, quer em Portugal quer para o conjunto da União Europeia. É neste cenário económico que se torna praticamente indispensável o reforço da maioria parlamentar socialista para garantir melhores condições de funcionamento ao Governo de Portugal, acelerando o caminho para uma sociedade mais justa, mais solidária, mais livre e mais desenvolvida.

«O principal factor de ruptura dos acordos em Angola tem sido a UNITA»

António Guterres

Diário de Notícias, 13 de Julho

«O polícia tipo Sherlock Holmes só é útil hoje para algum tipo de criminalidade, mas face ao crime organizado é evidente a necessidade de uma polícia científica»

Vera Jardim

Público, 12 de Julho

«Em Portugal há recursos a mais»
Idem, ibidem

«"Portugalmente" foi um projecto importante, teve momentos fantásticos que comoveram e revoltaram, foi um projecto único que só a RTP ousou emitir»

Maria Elisa

Diário de Notícias, 11 de Julho

«Querem vender-nos como "moderna" esta ideia das bombas auto-serviço, mas não concordo: o que os donos das gasolineras conseguiram foi pôr-nos a trabalhar para eles de graça, porque continuam a vender a gasolina ao mesmo preço e eliminaram muitos postos de trabalho»
Idem, ibidem



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Nome _____
Morada _____
Localidade _____
Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Nome _____
Morada _____
Localidade _____
Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz